



Certificação de Manejo Florestal

Relatório Sumário de Auditoria do Manejo Florestal

Organização:	Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S.A.		
Endereço:	Rodovia BR 381, Km 172 – Distrito de Perpétuo Socorro Belo Oriente – Minas Gerais – CEP: 35196-000		
Norma(s):	NBR 14 789 - Manejo Florestal – “Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais”		
Representante:	Sr. Germano Aguiar Vieira – Superintendente Florestal		
Locais auditados:	Escritórios e áreas florestais nas regiões de Belo Oriente, Ipaba, Nova Era e Guanhães	Data(s) da auditoria:	18 a 22/10/2004
Código EAC:		Código NACE:	
Auditor Líder:	Áurea Nardelli	Auditor(es):	Maria Vitória Tomé Marcelo Onuki
		Especialista(s):	Fernando Franco

1. Objetivos da Auditoria

Os objetivos desta auditoria são:

- Confirmar que o Manejo Florestal está implementado em conformidade aos Princípios, Critérios e Indicadores, conforme a NBR 14789;
- Identificar oportunidades de melhoria no Manejo Florestal

2. Escopo de certificação

Manejo Florestal de 233.778 hectares, sendo 118.806 hectares de plantações de *Eucalyptus ssp*, distribuídas nas regiões de Belo Oriente, Ipaba, Nova Era e Guanhães, Minas Gerais.

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0		Pág. n°:	1 of 33



Conteúdo

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 Nome da organização e contatos
- 1.2 Histórico e caracterização da organização

2. ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL

3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL E DO SISTEMA DE MANEJO

- 3.1 Localização e distribuição das unidades de manejo florestal
- 3.2 Caracterização dos recursos naturais
- 3.3 Caracterização do contexto sócio-econômico
- 3.4 Sistemas de manejo Florestal

4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

- 4.1 Normas utilizadas na avaliação
- 4.2 Identificação do Organismo de Certificação e seu responsável
- 4.3 Identificação da equipe auditora
- 4.4 Etapas do processo de avaliação
- 4.5 Entidades e pessoas contatadas

5. RESULTADOS DA CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS

- 5.1 Respostas aos Questionamentos pela organização e parecer da SGS

6. RESULTADOS

- 6.1 Descrição do atendimento aos requisitos da Norma
- 6.2 Não Conformidades e Solicitações de Ações Corretivas
- 6.3 Observações Gerais e Oportunidades de Melhoria

7. CONCLUSÃO

ANEXOS

- Lista de partes interessadas contatadas
- Plano de auditoria

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	2 of 33	



1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Nome da organização e contatos

Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S.A
Endereço: Rodovia BR 381, Km 172 – Distrito de Perpétuo Socorro
Belo Oriente – Minas Gerais – CEP: 35196-000
Tel: (31) 3829-5010
Fax: (31) 3829-5260

Contatos com os responsáveis pela certificação florestal:
Sr. Germano Aguiar Vieira – Superintendente Florestal
Sr. Deuseles Firme – Coordenador de Meio Ambiente

1.2 Histórico e caracterização da Organização

A CENIBRA - Celulose Nipo-Brasileira S.A, foi fundada em 1973 pela Companhia Vale do Rio Doce, estatal brasileira dedicada à mineração, e pela *Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co.Ltd.* – JBP, na região do Vale do Rio Doce, leste de Minas Gerais. A unidade industrial entrou em operação em 1977. Até 1983, a empresa Florestas Rio Doce foi responsável pelo abastecimento de madeira da indústria. A partir daí, o fornecimento começou a contar com matéria-prima proveniente de plantios próprios da Cenibra.

Para formar suas plantações de eucalipto, a empresa contou com o financiamento do Banco Mundial, obtido no contexto do Programa de Desenvolvimento Florestal no Estado de Minas Gerais – o Profloresta. A unidade industrial contou com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Desde 2001, o controle acionário da CENIBRA pertence integralmente à *Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co., Ltd.* (JBP), uma vez que a Cia Vale do Rio Doce foi privatizada e decidiu vender suas participações no setor florestal. A JBP é formada pelas principais empresas de celulose e papel do Japão, liderada pela empresa Oji Paper Co Ltd., pela Itochu Corporation e pelo Japan Bank for International Cooperation – JBIC.

A empresa é hoje uma das maiores produtoras mundiais de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto. Sua produção anual está em torno de 940 mil toneladas, sendo que 94% deste total destinam-se ao mercado externo (Europa, Ásia, América do Norte e América do Sul). Existem planos para aumentar a produção em 20% a partir de 2007.

A sede da empresa e a unidade industrial da CENIBRA estão localizadas em Belo Oriente – MG, a 236 km de Belo Horizonte. As áreas que compõem a Unidade de Manejo Florestal da CENIBRA estão distribuídas por 47 municípios mineiros, organizadas em quatro unidades administrativas regionais (Belo Oriente, Guanhães, Nova Era e Ipaba). A área própria e arrendada totaliza 233.778 hectares, sendo 118.806 hectares de plantações de *Eucalyptus ssp.*

A unidade industrial é abastecida com madeira proveniente de áreas próprias e arrendadas, além de madeira adquirida de pequenos produtores em sistema de fomento (que representa em torno de 10% da madeira consumida na indústria) e madeira 'em pé' adquirida do Consórcio Aracruz – Bahia Sul, no estado do Espírito Santo. O consumo anual é de 4.069.000 m³ de madeira.

A empresa possui um sistema integrado de gestão estabelecido de acordo com as normas ISO 9001:2000 e ISO 14.001: 1996. A Alta Administração da Cenibra acompanha o cumprimento dos objetivos e metas por meio de monitoramento de indicadores de desempenho e de auditorias internas e externas.

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	3 of 33	

2. ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL

Escopo: Manejo Florestal de 233.778 hectares, sendo 118.806 hectares de plantações de *Eucalyptus ssp*, distribuídas nas regiões de Belo Oriente, Ipaba, Nova Era e Guanhães, Minas Gerais
As áreas incluídas no escopo estão distribuídas geograficamente por 47 municípios em Minas Gerais, sendo:

Uso da terra	Área (ha)	Área %
Plantações de <i>Eucalyptus</i>	118.806	50,8
Preservação permanente	26.111	11,2
Reserva legal	59.635	25,5
Infra-estrutura e outros usos	29.226	12,5
TOTAL	233.778	100

3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL E DO SISTEMA DE MANEJO

3.1 Localização e distribuição das unidades de manejo florestal

As áreas de atuação da CENIBRA estão localizadas na região centro-leste do estado de Minas Gerais, entre as seguintes coordenadas: Latitude 18°29'25" a 20°15'52" S e Longitudes 42° 07'50" a 43° 35'58" W. A maioria destas áreas encontra-se em um domínio ambiental conhecido como a região do Mar de Morros (nas áreas pertencentes à empresa a altitude varia de 200 a 1300 metros).

O quadro a seguir detalha a área total, plantada e disponível para cada uma das quatro regionais (em hectares):

Regional	Tipo de área	<i>Eucalyptus</i>	<i>Pinus</i>	Nativa	Pesquisa	Plantada total	(*) Não plantada	(**) Disponível para plantio	Área Total
Belo Oriente	Própria	41.306,93	28,67	300,19	191,28	41.827,07	34.519,26	629,63	76.975,96
	Arrendada	454,06				454,06	373,32		827,38
	TOTAL	41.760,99	28,67	300,19	191,28	42.281,13	34.892,58	629,63	77.803,34
Ipaba	Própria	15.734,65		70,50	61,02	15.866,17	16.688,74	4.800,58	37.355,49
	Arrendada	31.937,48		144,15	329,64	32.411,27	25.620,36	562,02	58.593,65
Guanhães	Arrendada	767,43				767,43	797,46	115,33	1.680,22
	TOTAL	32.704,91		144,15	329,64	33.178,70	26.417,82	677,35	60.273,87
Nova Era	Própria	28.605,19	279,52	43,06	163,73	29.091,50	29.138,11	116,02	58.345,63
CENIBRA	Própria	117.584,25	308,19	557,90	745,67	119.196,01	105.966,47	6.108,25	231.270,73
	Arrendada	1.221,49				1.221,49	1.170,78	115,33	2.507,60
	TOTAL	118.805,74	308,19	557,90	745,67	120.417,50	107.137,25	6.223,58	233.778,33

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal		Issue n°:	0	Pág. n°:	4 of 33

(*) Preservação permanente, reserva legal, reserva excedente, aceiro, estrada e outros (área agrícola, pecuária, fábrica, casa de hóspedes, casa de vegetação, viveiro, pedreira, cascalheira, linha de transmissão, pomar, quintal, alagado, curral, ferrovia e erosão).

(**) Área estimada.

A área de reserva legal em cada uma das regionais encontra-se na tabela abaixo:

Regional	Área de Reserva legal (ha)	Área de Reserva legal (%)
Belo Oriente	19.753	25,6
Ipaba	9.735	26,0
Guanhães	13.567	23,0
Nova Era	15.945	27,0

3.2 Caracterização dos recursos naturais

Clima: Pela classificação climática de Köppen, os seguintes tipos climáticos ocorrem na região: AW (tropical chuvoso de savana) com inverno seco e chuvas máximas no verão e o Cwa (temperado chuvoso mesotérmico) com inverno seco e verão chuvoso, subtropical, também conhecido como tropical de altitude. No quadro abaixo são apresentadas as faixas de variação de algumas características climáticas das áreas de atuação da empresa.

VARIÁVEL	MÍNIMO	MÁXIMO
Temperatura máxima (°C)	25,8	31,5
Temperatura mínima (°C)	15,3	19,0
Temperatura média (°C)	21,0	25,0
Evapotranspiração potencial (mm)	2,3	3,1
Déficit hídrico (mm)	99,0	355,0
Radiação global (MJ/m ² dia)	13,3	17,2
Precipitação (mm)	1.190,0	1.430,0

Solos: De acordo com informações obtidas no Plano de Manejo, a partir do trabalho de levantamento semi-detalhado dos solos, foram encontrados os seguintes tipos de solos: Cambissolo Latossolo – 21,5%, Cambissolo – 19,5%, Latossolo Vermelho Amarelo 18,5%, Latossolo Vermelho – 15,2%, Latossolo Amarelo – 14,5%, Neossolo Flúvico – 5,0%, Cambissolo (de fundos de vale) – 3,5%, Plintossolo áptico – 1,6%, Litossolo Pétrico – 0,5% e Neossolo Lítico 0,2%.

Hidrografia: A principal bacia hidrográfica desta região é a do Rio Doce, sub-bacias dos rios Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí Pequeno, Suaçuí Grande e Corrente Grande.

Vegetação: A unidade de manejo florestal da CENIBRA está inserida no domínio de Mata Atlântica que, na região, apresenta-se como Floresta Estacional Semi-decidual. Seu remanescente de maior expressão é o Parque Florestal do Rio Doce, com cerca de 36.000 hectares, situado nas áreas baixas ao longo do Rio Doce. Ocorrem, mais raramente, afloramentos rochosos, áreas alagadas, campos rupestres e de altitude. De modo geral, atualmente predomina cobertura vegetal antropizada em toda a área.

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	5 of 33	

3.3 Caracterização do contexto sócio-econômico

O uso da terra, na área de influência da Cenibra, por ordem de importância, está assim distribuído: 54,05% das áreas estão ocupadas por pastagens, 18,46% ocupadas por florestas nativas, 11,42% por plantações florestais (silvicultura), 9,68% ocupadas por agricultura (temporária ou permanente) e 6,39% das terras são classificadas como não utilizadas ou inaproveitáveis.

De um modo geral, a atividade agropecuária é predominante nas regiões de Guanhães, Belo Oriente e Ipaba, sendo que a mineração apresenta grande importância na região de Nova Era, ao lado da agropecuária.

Os núcleos urbanos, com exceção daqueles maiores como Ipatinga e Governador Valadares, não dispõem de infra-estrutura adequada de abastecimento de água, esgoto sanitário, serviços de saúde, educação e segurança. As condições de moradia principalmente nas periferias, são precárias.

A empresa possui mapas com identificação de suas propriedades, com delimitação das áreas de plantio, reserva legal e de preservação permanente, bem como inserção das sedes e distrito e principais vias de acesso dos municípios de sua área de abrangência.

No quadro a seguir está representada a área ocupada pela Cenibra em cada um dos 47 municípios:

Município	Área total do município (ha)	Área total da Cenibra	Área total eucalipto (ha)	% da área do Município plantada com eucalipto
Açucena	81.159	6.061	3.360	4,14
Alvinópolis	61.600	4.833	1.981	3,22
Antônio Dias	83.300	19.595	10.791	12,95
Barão de Cocais	35.300	3.353	2.139	6,06
Bela Vista de Minas	10.700	1.043	395	3,69
Belo Oriente	32.300	16.179	9.787	30,30
Bom Jesus do Amparo	19.700	715	425	2,16
Bom Jesus do Galho	59.489	7.154	4.522	7,60
Braúnas	35.800	781	427	1,19
Bugre	16.152	3.125	1.709	10,58
Caratinga	165.500	14.139	7.274	4,39
Catas Altas	23.821	5.614	3.405	14,30
Coroaci	56.600	3.582	2.384	4,21
Coronel Fabriciano	20.200	4.476	2.311	11,44
Córrego Novo	26.560	4.172	2.623	9,88
Divinolândia de Minas	20.200	3.184	1.979	9,80
Ferros	116.200	11.183	5.731	4,93
Gonzaga	28.600	1.207	633	2,21
Governador Valadares	244.700	161	85	0,03
Guanhães	118.800	9.221	4.640	3,91
Iapu	34.205	1.495	802	2,34
Ipaba	11.377	5.559	3.284	28,86
Ipatinga	16.000	2.206	850	5,31
Itabira	130.500	5.844	2.788	2,14
Joanésia	22.100	627	307	1,39
Mariana	119.800	2.555	1.028	0,86
Marliéria	47.800	753	367	0,77
Materlândia	25.300	973	234	0,93
Mesquita	27.499	1.324	660	2,40
Naque	12.644	3.017	1.622	12,83
Nova Era	35.500	8.322	3.976	11,20
Paulistas	21.800	2.252	1.178	5,40
Peçanha	102.000	13.282	8.646	8,48
Periquito	22.766	1.340	714	3,14
Pingo d'água	6.500	1.816	443	6,82
Rio Piracicaba	37.140	578	295	0,79
Sabinópolis	84.900	14.932	8.346	9,83
Santa Bárbara	68.471	9.462	5.430	7,93
Santa Maria de Itabira	54.700	2.826	1.443	2,64
Santana do Paraíso	27.480	10.673	6.216	22,62

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal		Issue n°:	0	Pág. n°:	6 of 33

Santo Antônio do Itambé	30.400	2.596	692	2,28
São Domingos do Prata	79.100	3.030	1.585	2,00
São Gonçalo do Rio Abaixo	37.400	8.304	4.390	11,74
São João Evangelista	53.200	4.616	2.951	5,55
Sardoá	14.400	1.332	736	5,11
Virginópolis	44.200	2.669	1.675	3,79
Virgolândia	22.700	55	55	0,24

Fonte: cartilha “Conheça a Cenibra”

3.4 Sistemas de manejo Florestal

A produção florestal da Cenibra está fundamentada no manejo de plantações de eucalipto. Atualmente, a empresa planta diferentes clones de *Eucalyptus grandis* e híbridos naturais de *E. urophylla* e de *E. urophylla* x *E. grandis*. O suprimento de madeira de eucalipto é realizado com o sistema de corte raso da floresta, em ciclos médios de 7 anos, com posterior reforma ou condução da regeneração por mais um ciclo.

O processo florestal operacional da empresa é composto pelas seguintes fases principais: Planejamento Técnico, Econômico e Ambiental – PTEA, Produção de Mudas, Implantação, Reforma e Manutenção/Regeneração Florestal, Construção, reabertura e manutenção de estradas e Colheita/Transporte de Madeira. A Cenibra possui um Sistema Integrado de Gestão, no qual todas as atividades florestais estão padronizadas. Existem procedimentos escritos e instruções de trabalho para cada operação, no contexto das normas ISO 9001 e ISSO 14001.

A CENIBRA terceirizou a maior parte de suas operações. Atualmente, as funções técnicas, gerenciais e de supervisão são realizadas por pessoal próprio, além da produção de mudas, colheita mecanizada, carregamento de madeira e manutenção mecânica; as demais operações de campo são realizadas por empresas prestadoras de serviços. O número atual de funcionários próprios do processo industrial e florestal é de 1.865, sendo que na superintendência florestal são 743 próprios e 6.387 terceirizados.

Produção de Mudas

A produção de mudas é realizada no Viveiro Central, localizado em Belo Oriente, que possui capacidade instalada para produção de 24 milhões de mudas/ano. A partir de material genético próprio, gerado pelo Programa de Melhoramento Genético da empresa, as mudas são produzidas em tubetes com substrato de vermiculita e casca de arroz carbonizada e são manejadas e preparadas para o plantio.

Implantação, Reforma e Manutenção/Regeneração Florestal

Para a implantação ou reforma, realiza-se o **PTEA – Planejamento Técnico, Econômico e Ambiental**. O **PTEA** é elaborado de forma participativa e interdepartamental e utilizado para assegurar que os princípios econômicos, da qualidade e da gestão ambiental sejam considerados quando do planejamento das atividades de implantação, reforma e colheita. O planejamento inicia-se com vistorias de campo, a partir das quais são alocadas as áreas de reserva legal e as áreas de preservação permanente, sendo definidas as técnicas silviculturais que serão aplicadas no local.

A primeira atividade realizada na área é a roçada (mecânica ou manual). Não é realizada a queima. O controle de formigas é realizado em torno de 30 dias antes do plantio e é feito um monitoramento de formigas cortadeiras em todo o ciclo da floresta. A abertura de covas (manual ou mecânica) é feita nas áreas acidentadas e a subsolagem na linha de plantio é realizada nas áreas de baixada (até uma declividade de aproximadamente 10 graus). São realizadas capinas químicas para controle da mato-competição até o 5º ano do plantio.

O plantio é realizado durante todo o ano, sendo irrigado para garantir a sobrevivência das mudas nos períodos mais secos. A empresa optou por distribuir o plantio ao longo do ano para evitar “picos” de mão-de-obra, permitindo sua especialização e otimizando o potencial produtivo do viveiro e demais estruturas.

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	7 of 33	

As adubações são realizadas antes e após o plantio. Os macro e micronutrientes são repostos de acordo com a necessidade da plantação, o que é verificado por meio de análises de solo e de plantas, realizadas em laboratório próprio.

A manutenção florestal é realizada conforme monitoramento prévio da mata-competição, podendo ser feitas roçadas manuais ou químicas, dependendo do tipo e do nível de infestação. Para proteção contra incêndios florestais, os aceiros e estradas internas são mantidos limpos anualmente.

As especificações técnicas das operações realizadas em todo o ciclo da floresta são feitas de acordo com a “Recomendação Técnica” emitida pelo Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, sendo esta revisada periodicamente.

Colheita/Transporte de Madeira

O planejamento florestal define e informa os projetos/lotes a serem colhidos anualmente, através do Planejamento de Curto Prazo. A seleção das áreas de corte é feita com base na idade da floresta (produtividade), curvas de prognose de produção, distância média da fábrica, logística de movimentação em período chuvoso e disponibilidade de matéria prima nos projetos florestais.

É responsabilidade do Departamento de Planejamento preparar o “Estudo de abastecimento de longo prazo” que contempla uma análise dos próximos 21 anos e o “Plano de Auto-Suprimento”, no formato exigido pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF. As informações geradas pelo Inventário Florestal são utilizadas no planejamento de longo prazo.

A colheita das áreas é feita de forma mecanizada ou convencional, sendo que a primeira corresponde a aproximadamente 70% da área. Para a colheita mecanizada são utilizados *feller-buncher*, *skidder* e *garra-traçadora*. Na colheita convencional o corte é realizado com o uso de motosserras. A madeira colhida e baldeada é transportada para a unidade industrial, em Belo Oriente, em caminhões do tipo *rodotrem* (para colheita realizada em áreas próprias) ou *truck* (para colheita realizada pelos pequenos produtores em áreas de fomento florestal). O controle da origem da madeira é garantido pelo preenchimento da NTM (Nota de Transporte de Madeira), desde a fase de corte até a entrega da madeira na indústria.

Áreas de apoio e suporte:

Pesquisa e desenvolvimento: As atividades de pesquisa e desenvolvimento são realizadas em parcerias com universidades e instituições de pesquisa. As áreas de estudo são:

- Melhoramento Genético Florestal
- Solos, Nutrição e Manejo
- Prevenção e Controle de Incêndios Florestais
- Manejo e Controle de Pragas Florestais
- Qualidade da Madeira

Para garantir a implementação das tecnologias desenvolvidas, a equipe de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal mantém estreita relação com as equipes operacionais, através de treinamentos, reuniões e recomendações técnicas, realizando também testes e avaliações conjuntas.

Meio Ambiente: A Cenibra desenvolve um programa de proteção e de monitoramento de água, solo, fauna e flora, em parceria com diversas instituições de pesquisa, de modo a caracterizar e acompanhar as dinâmicas destes recursos, propondo ações que visem corrigir eventuais desvios com relação a parâmetros legais e ecológicos.

Existe um sistema de prevenção ao incêndio florestal e um sistema de vigilância para proteger a integridade das áreas de plantações e de reservas naturais, prevenindo e controlando a ocorrência de fogo, roubo de madeira e caça de animais silvestres.

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	8 of 33	

As áreas de reservas e de preservação permanente correspondem a aproximadamente 38% da área total da Cenibra. Para o manejo destas áreas, são adotadas práticas de plantio de mudas de espécies nativas e a remoção do eucalipto que possa estar eventualmente presente. Existem ações para proteger as áreas de vegetação nativa contra o pastoreio e pisoteio do gado, fator crítico para permitir a sucessão natural e restauração dessas áreas.

A empresa vem realizando há 14 anos um programa de reintrodução de aves silvestres na Fazenda Macedônia, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; o programa, iniciado com a espécie mutum –do-Sudeste, já contemplou a reintrodução de outras seis espécies. Esta área tornou-se uma referência regional para educação ambiental e pesquisa. Além da RPPN, a empresa possui outros projetos ambientais envolvendo o público interno (trabalhadores florestais próprios e terceiros, estagiários e outros) e o público externo (familiares dos trabalhadores, voluntários da Rede de Percepção de Odor, vizinhos, parceiros tais como apicultores, fomentados e agricultores; professores e alunos de instituições de ensino públicas e privadas; comunidades acadêmica e científica; lideranças comunitárias; representantes de organizações governamentais e não-governamentais; mídia).

Gestão de pessoas e relação com a comunidade: A área de Recursos Humanos é responsável pelas atividades e programas de Recrutamento, Seleção e Remuneração, Saúde Ocupacional e Benefícios, Treinamento, Desenvolvimento e Qualidade de vida dos trabalhadores da Cenibra.

Com relação às comunidades externas, a empresa possui um programa de integração e de educação ambiental com as comunidades dos 47 municípios onde atualmente tem atuação. O programa consta de uma série de projetos e ações visando o desenvolvimento regional. Dentre os diversos projetos estão:

- parceria agrícola com pequenos produtores rurais, com a disponibilização de áreas para cultivo e com a participação dos municípios e órgãos públicos;
- parceria com associações de apicultores;
- parceria com clubes de serviços e outras organizações da sociedade civil no desenvolvimento do Projeto Ação e Cidadania;
- Mutirão da Educação, onde a Empresa doa material escolar para os alunos das escolas do meio rural dos municípios da região de atuação;
- Fomento florestal;
- UNIECO – Unidades de Integração com a Comunidade, onde a empresa está estruturando centros de conveniência, integração e educação ambiental, estando em operação nas unidades de Peçanha, Nova era e Fazenda Macedônia;
- Programa Vizinho Legal, com reuniões anuais com os vizinhos e com participantes do Programa de Fomento Florestal;
- Porta Abertas, onde a comunidade é convidada a conhecer a Cenibra e suas atividades;
- Cenibra Móvel, unidade móvel utilizada para educação ambiental e integração com a comunidade.

4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

4.1 Normas utilizadas na avaliação

NBR 14.789:2001 – Manejo Florestal – “Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais”, elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

4.2 Identificação do Organismo de Certificação e seu responsável

SGS ICS Certificadora Ltda
 Responsável: Rosemary Vianna
 Endereço: Av. das Nações Unidas 11.633 – Conj. 41 B
 São Paulo – SP – CEP: 04578-000
 Tel: (11) 5501-4809

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	9 of 33	

4.3 Identificação da equipe auditora

Auditor líder: Áurea Brandi Nardelli, Engenheira Florestal, Doutora em Ciência Florestal, com 13 anos de experiência profissional no setor florestal brasileiro e 7 anos de experiência em auditorias de certificação florestal.

Auditor : Maria Vitória Tomé, Engenheira Florestal, Doutoranda em Ciência do Solo, com 16 anos de experiência profissional no Brasil e 3 anos de experiência em auditorias de certificação florestal.

Auditor: Marcelo Onuki, Engenheiro Florestal, com 19 anos de experiência profissional em empresas florestais de grande porte no Brasil e 1 ano de experiência em auditorias de certificação florestal.

Especialista: Fernando Franco, Engenheiro Florestal, Doutor em Ciência Florestal, com 10 anos de experiência profissional no Brasil, atuando como consultor sócio-ambiental para organizações governamentais e não-governamentais e para agências bilaterais em projetos que envolvem comunidades e meio ambiente.

4.4 Etapas do processo de avaliação

O processo de avaliação do manejo florestal da CENIBRA foi realizado nas seguintes etapas:

- Fase 1: realizada de 02 a 05 de dezembro de 2003*
 A auditoria fase 1 foi realizada pelos auditores Áurea Nardelli, Maria Vitória Tomé e Marcelo Onuki. Os objetivos dessa auditoria foram: confirmar que a documentação do Manejo Florestal atendia aos requisitos da norma; confirmar que o Manejo Florestal estava estruturado de forma a atingir os objetivos expressos no Plano de Manejo; avaliar a capacidade da organização de assegurar o atendimento a requisitos legais e demais requisitos da norma de Manejo Florestal e confirmar os arranjos planejados para a auditoria fase 2 (como dimensionamento da equipe, período de realização da auditoria e amostragem).
- Fase 2: realizada entre 18 e 22 de outubro de 2004*
 A auditoria fase 2 foi realizada pela equipe auditora descrita anteriormente, no item 4.3. O objetivo da auditoria foi confirmar que o Manejo Florestal estava implementado de acordo com os Princípios, Critérios e Indicadores de Florestas Plantadas, conforme definidos na NBR 14789 e identificar oportunidades de melhoria no Manejo Florestal. A equipe conduziu a auditoria com base na avaliação da documentação, das atividades e das operações relacionadas ao Manejo Florestal da organização. Os métodos de auditoria utilizados foram entrevistas, consulta às partes interessadas, observação das atividades e visitas de campo, além da análise da documentação e dos registros relativos ao Manejo Florestal. Neste mesmo período, foi realizada a avaliação da Cadeia de Custódia de acordo com a NBR 14790, cujos resultados estão apresentados em relatório específico (“Certificação de Cadeia de Custódia – Relatório de auditoria Fase 2”). A auditoria Fase 2 foi testemunhada por auditores do INMETRO, que acompanhavam o processo de credenciamento da SGS para realização de certificações de manejo de florestas plantadas com base na norma NBR 14789.
- Visita para verificação de encerramento das Solicitações de Ações Corretivas Maiores (SACs) levantadas na fase 2:* realizada nos dias 2 e 3 de março de 2005, pela auditora líder Áurea Nardelli, acompanhada do especialista Fernando Franco. O objetivo da auditoria foi verificar a implementação das ações propostas pela Cenibra para o encerramento das duas SACs Maiores pendentes, que pré-condicionavam a continuidade do processo de certificação.

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	10 of 33	

4.5 Entidades e pessoas contatadas

Diversas partes interessadas foram contatadas e informadas a respeito do processo de certificação florestal da unidade de manejo da Cenibra e convidadas a participar da consulta pública. O anúncio da consulta foi feito 30 dias antes da auditoria Fase 2, por meio de cartas, correio eletrônico e contatos telefônicos. Entre as organizações e pessoas contatadas estavam: órgãos governamentais relacionados às atividades da empresa, representantes do poder local, grupos ambientalistas, sindicatos dos trabalhadores, associações e entidades de pesquisa e extensão, entre outros. As questões levantadas durante a consulta encontram-se descritas na seção 5.0 desse relatório. A lista de partes interessadas encontra-se no Anexo 1.

Como parte da consulta pública, a equipe auditora realizou reuniões e entrevistas com as partes interessadas locais, durante a semana de 18 a 22 de outubro. Foram realizadas duas reuniões públicas, conforme abaixo:

- Dia 18 de outubro/2004 , realizada na Casa Paroquial de Belo Oriente – Belo Oriente, MG
- Dia 19 de outubro, realizada no Nova Era Automóvel Clube – Nova Era, MG

Nessas reuniões, foram apresentados os objetivos da certificação, os métodos de trabalho da equipe auditora e as etapas que devem ser seguidas no processo de certificação, além de terem sido levantados junto aos presentes informações e comentários a respeito do desempenho do manejo florestal da Cenibra.

Nas reuniões públicas não houve a participação dos representantes da Cenibra. Entretanto, os questionamentos levantados foram registrados e discutidos com a Cenibra durante a auditoria e fases finais do processo de certificação.

Comentários das partes interessadas sobre o sumário público: após o encerramento das SACs maiores e conclusão do relatório de auditoria, o resumo do relatório foi disponibilizado no website da SGS entre os dias 23 de março e 23 de abril de 2005. As partes interessadas foram informadas a respeito e convidadas a enviar comentários sobre o sumário público. Os questionamentos recebidos foram discutidos com a Cenibra e encontram-se registrados neste documento (item 5.2).

5. Resultados da Consulta às partes interessadas

5.1 Questões levantadas durante a consulta pública e respostas apresentadas pela Cenibra e pela SGS.

Questões levantadas		Respostas				
1. Se a empresa tem processos ambientais, se cometeu algum crime ambiental, ela pode receber o certificado?		Caso existam evidências objetivas de não-cumprimento da lei ambiental na unidade de manejo florestal, a equipe auditora deve levantar solicitações de ações corretivas e o processo de certificação terá continuidade assim que as ações para correção forem encaminhadas adequadamente. Caso o crime ambiental tenha ocorrido no passado e no momento não existem processos ou autuações, ou as ações para correção já tenham sido encaminhadas e aceitas pelos órgãos pertinentes, a equipe auditora irá avaliar a situação, de acordo com os demais requerimentos da norma de certificação florestal.				
2. Qual é a área certificada pela empresa, as áreas arrendadas e de fomento fazem parte da certificação?		A área incluída no escopo da avaliação é de 233.778 hectares, sendo 118.806 hectares de plantações de <i>Eucalyptus</i> . As áreas arrendadas estão incluídas nesse total; as áreas de fomento não fazem parte do escopo da certificação.				
3. Há pouca participação da empresa nas questões sociais dos municípios.		A equipe auditora levantou uma Solicitação de Ação Corretiva Maior (ver SAC Maior 05) durante a auditoria Fase 2, requerendo que a Cenibra elaborasse um plano de ação (incluindo metodologia, recursos e cronograma) para incorporação dos dados e dos resultados do levantamento de impactos sociais, em desdobramentos que atendam às demandas locais. A empresa já iniciou as ações necessárias, conforme verificado em março de 2005.				
4. Preocupação porque a empresa faz plantio em topos de morros e nascentes, diminuindo a água disponível		No nível estadual, existe uma legislação específica que trata do assunto, permitindo a permanência do plantio no topo do morro desde que a cultura seja conduzida utilizando boas práticas de manejo, conforme autorização especial do órgão ambiental. No momento da auditoria, a Cenibra ainda não estava atendendo a todos os requerimentos desta lei, o que levou à equipe auditora				
OS n°:				Tipo da Visita	Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	11 of 33

	<p>levantar uma Solicitação de Ação Corretiva Maior (ver SAC Maior 01). A partir da visita realizada em março de 2005, verificou-se que a Cenibra está iniciando o processo de licenciamento destas áreas.</p> <p>No nível federal, a questão da utilização do topo de morro, seja por culturas como o café, a laranja, a cana-de-açúcar, a pastagem ou o eucalipto, está sendo discutida no CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), não havendo, ainda, a definição das regras para o caso de áreas com o uso já consolidado.</p> <p>Paralelamente à discussão da questão legal, verificou-se que a empresa possui um programa de monitoramento de recursos hídricos, que busca responder às questões referentes à relação água X plantações de eucalipto.</p>
<p>5. Preocupação com o uso de veneno no “Cordeiro” (uso de herbicida). Alegando que a capina química reduz a oportunidade de uso de mão-de-obra, causa problema social.</p>	<p>Conforme verificado em auditoria, o principal herbicida utilizado pela Cenibra tem como princípio ativo o Glifosato; o produto é licenciado pelo Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente, sendo classificado como Classe IV – pouco tóxico (faixa verde), possuindo certificado de registro junto ao IBAMA.</p> <p>Em locais com alta infestação das gramíneas braquiária e colônio, um herbicida pré-emergente é também utilizado nos primeiros 6 meses do plantio; em outubro de 2004, a CENIBRA substituiu a utilização deste herbicida, cujo princípio ativo era o oxyfluorfen, por um outro a base de Isoxaflutole, que possui os devidos registros. Com isso, a empresa buscou atender também às exigências da Política de Pesticidas Químicos do FSC – Forest Stewardship Council.</p> <p>Verificou-se em campo que o uso do herbicida, em áreas acidentadas, em substituição às capinas manuais proporciona maior cobertura do solo e consequentemente reduz o risco de erosão.</p> <p>De acordo com a empresa, a mecanização das atividades realizadas pela CENIBRA tem como objetivos aumentar a competitividade da empresa e garantir que as atividades de plantio, manutenção e colheita não sejam interrompidas ou dificultadas pela falta de mão-de-obra. A empresa emprega hoje mais de 6.000 pessoas (empregos diretos) por meio de prestadores de serviços no processo florestal. Uma das estratégias da empresa para manter estável a oferta de trabalho durante todo o ano foi adotar o plantio em todo o ano, em oposição ao plantio que ocorria somente nas épocas das chuvas.</p>
<p>6. O plantio de eucalipto da Cenibra próximo às lagoas causou o secamento das lagoas: citadas Lagoa Ferros, alegando que há matéria publicada em jornal sobre isso, e as Lagoa Jacaré e Lagoa Boleira</p>	<p>Com relação à Lagoa Ferros, a empresa vem desenvolvendo estudos em parceria com o Centro Universitário do Leste Mineiro – Unileste, no sentido de esclarecer os aspectos edafoclimáticos (solo, clima, água) e antrópicos (ação humana) relacionados a esta e a outras lagoas que ocorrem na região. Este mesmo fenômeno tem sido observado em lagoas do Parque Florestal Estadual do Rio Doce (reserva com 36.000 hectares de Mata Atlântica), lagoas estas que fazem parte de um mesmo sistema lacustre ao qual pertencem as lagoas citadas no questionamento.</p> <p>De acordo com informações obtidas na região, as lagoas Jacaré e Boleira estão com níveis normais de água. Eventualmente, em períodos de baixa precipitação pluviométrica, nestas lagoas, assim como em outras que pertencem ao mesmo sistema lacustre, como as do Parque do Rio Doce, ocorre uma diminuição do volume de água.</p>
<p>7. FEAM, IEF e IBAMA deixam a empresa à vontade, não fiscalizam</p>	<p>O desempenho dos órgãos fiscalizadores não é objeto de auditoria na certificação florestal, devendo qualquer questão nesse sentido ser encaminhada para os órgãos/instituições competentes.</p> <p>É parte do escopo verificar se a organização está atendendo aos requisitos legais. Verificou-se que são mantidos os registros de todas as autorizações, licenças, certificados e permissões recebidas para as atividades em que a autorização dos órgãos de fiscalização e controle (IBAMA, IEF, COPAM, FEAM, IGAM, Polícia Ambiental, IMA, dentre outros) é necessária.</p> <p>A CENIBRA possui o certificado Licença de Operação - L.O. nº 015, emitido em 31 de março de 2003 pelo Conselho de Política Ambiental – COPAM, após ter</p>

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	12 of 33	

	<p>concluído o procedimento necessário, que incluiu a apresentação de evidências de atendimento à legislação aplicável e vistorias de campo.</p> <p>A empresa é também certificada pela ISO 14001, norma que estabelece os padrões para a criação de um Sistema de Gestão Ambiental. O atendimento à legislação aplicável é um dos pontos de partida para se estabelecer um Sistema de Gestão Ambiental, e periodicamente a CENIBRA é auditada por uma certificadora independente, que verifica se todos os quesitos legais aplicáveis são identificados e atendidos.</p>
8. Solicitação de análise da qualidade da água que sai dos plantios da Cenibra sob alegação de contaminação e contribuição para aumento de incidência de câncer na região	<p>A CENIBRA possui desde 2001 um programa de monitoramento da qualidade da água de rios e lagos existentes em suas áreas. Em parceria com o Centro Universitário do Leste Mineiro – Unileste, o programa contempla análises de parâmetros físicos, químicos e biológicos. A qualidade da água, segundo os resultados obtidos até o momento (evidenciados nos relatórios avaliados pela equipe auditora e entrevista com o pesquisador responsável), está dentro dos parâmetros considerados normais.</p> <p>Foi levantada a SAC Menor 06 solicitando á empresa que promova melhorias em seu sistema e nos seus instrumentos de comunicação e de divulgação de informações às partes interessadas.</p> <p>Com relação ao aumento da incidência de câncer: até o momento, não chegou à Cenibra nenhuma manifestação dos órgãos de saúde, seja ao nível federal, estadual ou municipal.</p> <p>Segundo informações obtidas junto ao Centro de Oncologia do Vale do Aço, todos os casos de câncer que ocorrem no município de Belo Oriente são registrados em seus arquivos desde o ano de 2000. Contudo, não foi publicada nenhuma pesquisa sobre a ocorrência de câncer neste município e não há indícios da relação entre os casos registrados e as atividades de manejo florestal da Cenibra.</p>
9. Havia 19 nascentes ativas em Belo Oriente, hoje há apenas 4, por influência de plantios de eucalipto da Cenibra	De acordo com o mapeamento verificado, existem cerca de 140 nascentes somente nas áreas da Cenibra no município de Belo Oriente. A empresa está monitorando os recursos hídricos e até o momento, os resultados não indicam relação entre o desaparecimento das nascentes e as plantações florestais.
10. Não há percepção de interação entre a empresa e a comunidade de Belo Oriente	Vide respostas à pergunta 3 e os detalhes da Solicitação de Ação Corretiva Maior 05.
11. A empresa produz o próprio cloro utilizado na fábrica, no processo de branqueamento?	A empresa deixou de fabricar o seu próprio cloro há 1ano e meio, por mudança de processo. Deve ser aprimorado o sistema de comunicação e informação entre a empresa e as partes interessadas, conforme solicitado por meio da Solicitação de Ação Corretiva Menor 06.
12. Reclamação sobre depósito de produtos perigosos da Cenibra, sobre o qual a comunidade não tem informações (Referente ao Aterro Industrial da Cenibra. Há pessoas que acreditam que o Aterro não seja controlado).	A área foi visitada por auditores da SGS, que verificaram os controles existentes. Foi visitado o Aterro Industrial da Cenibra, situado no Projeto Água Suja na Regional de Belo Oriente. O aterro recebe resíduos classe 1 (resíduos oleosos) e classe 2 (grits, cinzas, <i>dregs</i> e lixo geral da fábrica). O aterro é vigiado com câmeras em vários pontos e possui vigilância da portaria e do perímetro por 24 horas. O sistema prevê a captação e tratamento do chorume e sua destinação final, como incineração controlada, é acompanhado pela FEAM. A CENIBRA tem como uma das condicionantes do licenciamento o envio bimestral à FEAM de planilhas de controle da geração e disposição dos resíduos sólidos gerados e semestralmente os resultados de análises físico-químicas realizadas nas águas subterrâneas. Verificaram-se os certificados L.º-074 – Licença de Operação da Célula de Resíduo Classe 1, de 20/02/01, concedido pela COPAM, com condicionantes. Também foi verificado o Certificado 285, do COPAM, de 06/04/04, válido até 06/03/08, como licença ambiental de operação da fábrica e operação com resíduos Classe 2, com condicionantes.
13. Falta de informações da Cenibra à comunidade sobre	A questão da melhoria da comunicação entre a empresa e as partes interessadas foi abrangida na SAC Menor 06 (vide respostas anteriores). A

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal		Issue n°:	0	Pág. n°:	13 of 33

<p>o uso de adubos e venenos, sobre a possibilidade de contaminação de lençóis freáticos</p>	<p>empresa está buscando essa melhoria por meio de ações que envolvem a divulgação do plano de manejo (disponibilizado na internet, no site www.cenibra.com.br), da cartilha “Conheça a CENIBRA” (distribuído a empregados próprios e terceiros, clientes, líderes comunitários, sindicatos, escolas, conselhos municipais, órgãos governamentais, dentre outros), de mensagens em rádios locais, de mensagens em jornais e periódicos internos e externos à empresa, e na realização de palestras nas comunidades.</p> <p>Os vizinhos confrontantes de áreas da CENIBRA são também informados, através de um comunicado por escrito, à época da aplicação de herbicidas ou iscas formicidas nos projetos próximos a suas propriedades.</p> <p>No Projeto Vizinho Legal, que contempla a realização de reuniões anuais com os confrontantes da empresa, são realizadas palestras educativas e informativas sobre os produtos que a CENIBRA utiliza.</p>
<p>14. Faltam projetos sociais em Belo Oriente, em parceria com a Cenibra, demandados pela própria comunidade.</p>	<p>A empresa informou que em 2002 realizou, através do SEBRAE, o Fórum de Desenvolvimento Local, buscando identificar potencialidades e deficiências em Belo Oriente. Informou também que por razões políticas da comunidade, a etapa posterior ao Fórum, que previa a implementação de ações, foi interrompida, embora muitos dos dados levantados subsidiaram a administração municipal atual. Com a criação do Instituto CENIBRA, vem sendo realizadas reuniões com segmentos da comunidade, buscando identificar ações a serem desenvolvidas.</p> <p>A questão envolvendo projetos sociais que atendam às demandas locais foi levantada pela equipe auditora na Solicitação de Ação Corretiva Maior 05 (vide também respostas anteriores).</p>
<p>15. Qual a porcentagem de área que a Cenibra ocupa no Vale do Rio Doce?</p>	<p>De acordo com os dados obtidos, a Bacia do Rio Doce possui 8.340.000 hectares. A CENIBRA possui 233.779 hectares de área total; destes, 118.806 estão plantados com o eucalipto.</p> <p>Esta área plantada corresponde a 1,4% da área da bacia do Rio Doce.</p>
<p>16. As áreas de fomento serão avaliadas?</p>	<p>Elas não fazem parte do escopo da certificação, porém a Cenibra deve ter o compromisso de manter boas práticas de manejo e atendimento às leis nas áreas fomentadas.</p>
<p>17. Como é feito o processo de consulta para certificação florestal, de que forma as pessoas são consultadas</p>	<p>A consulta pública é um requerimento formal da norma de certificação florestal. Ela deve ter início no mínimo 30 dias antes da avaliação de campo e posteriormente, o resumo do relatório deverá ficar disponível por mais 30 dias antes da sua análise pelo Comitê de Certificação.</p> <p>As pessoas são contatadas por e-mail, carta, telefone ou fax. Os contatos são definidos a partir de uma lista de partes interessadas que envolve os diversos atores sociais da região de atuação do manejo florestal da empresa. As reuniões públicas podem ou não ser realizadas, a critério da organização certificadora. Os convites para as reuniões seguem a mesma lista e meios de comunicação citados acima.</p>
<p>18. Como podemos participar do processo de certificação se não conhecemos o processo de manejo florestal da Cenibra?</p>	<p>A equipe auditora levantou uma SAC Menor 06 (vide respostas anteriores) requerendo melhoria no sistema de comunicação e na linguagem utilizada no resumo público do plano de manejo, de modo que ele possa ser mais acessível.</p> <p>Atualmente, a empresa disponibiliza informações sobre o Manejo Florestal por meio do seu website (www.cenibra.com.br), da distribuição de cartilhas “Conheça a Cenibra”, da veiculação de mensagens em rádios, jornais, periódicos internos e externos e por meio de reuniões e palestras nas comunidades.</p>
<p>19. Como podem ser feitos trabalhos de parceria entre a empresa e comunidades do entorno?</p>	<p>A empresa informou que as parcerias são possíveis por meio de manifestações de interesses via organizações governamentais e não-governamentais legalmente constituídas e de representação legítima. O Instituto CENIBRA está incrementando a discussão com as organizações da sociedade civil para identificar demandas e possibilidades de parcerias.</p>
<p>20. Há tráfego de caminhões pesados da Cenibra dentro do município de Nova Era enquanto está sendo construída uma nova estrada</p>	<p>Conforme informado pela empresa, a construção do desvio foi uma iniciativa do município para possibilitar o redirecionamento do tráfego de veículos de carga pesada do centro de Nova Era, criando uma rota alternativa entre a Vila Santa Rosa e o DINE - Distrito Industrial de Nova Era.</p> <p>Cita-se como exemplo de usuários do trecho a Nova Era Silicon (siderurgia),</p>

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	14 of 33	

<p>e está prejudicando a pavimentação asfáltica. A empresa vai consertar isso?</p>	<p>Produtos Anchieta (produtos alimentícios), CENIBRA (madeira), Transprata (passageiros), além de veículos de transporte de animais e mercadorias por parte dos proprietários rurais.</p> <p>As obras do desvio estão concluídas, sendo que a CENIBRA participou técnica e financeiramente nesta obra e no reparo da pavimentação asfáltica.</p>
<p>21. Estradas entre Itabira e Nova Era e entre Itambé e Itabira estão prejudicadas pelo tráfego de caminhões da Cenibra. Quando a estrada utilizada pela Cenibra está no interior de seu projeto ela recupera, caso contrário não, o ônus é do município ou do estado.</p>	<p>A CENIBRA tem contribuído com o DER no sentido de melhorar as condições de rodagem das estradas estaduais em sua área de atuação, sendo que em 2004, a contribuição foi de R\$ 830.000 reais. Além disso, a empresa contribui com a manutenção de estradas internas, que são também utilizadas pelas comunidades locais.</p> <p>A estrada entre Itabira e Nova Era é utilizada, com uma maior intensidade, por veículos relacionados a atividades de mineração e de carvoejamento, não sendo cabendo somente à Cenibra a responsabilidade pelo seu estado de conservação.</p> <p>Com relação à estrada de Itambé a Itabira, a empresa informou que o último corte e o transporte da madeira na região ocorreu em 1994. Portanto, o atual estado de conservação desta estrada pode ser creditado em grande parte à sua utilização por outros veículos de carga e à falta de manutenção pelos órgãos responsáveis e não ao uso pela empresa.</p>
<p>22. Há riscos de acidentes por empilhamento de toras próximas ao leito de estradas, que caem da pilha e invadem o leito. O que está sendo feito?</p>	<p>A madeira empilhada próxima aos leitos de estradas utilizadas pelas comunidades são objeto de uma vigilância mais intensa, até mesmo por questão de segurança patrimonial; este monitoramento busca minimizar as chances de ocorrência de algum acidente, e a Cenibra está procurando uma melhoria contínua com relação a isto.</p> <p>Na auditoria de campo, não foram observados casos de toras nos leitos das estradas. Entretanto, este aspecto será acompanhado pela equipe auditora nas visitas de acompanhamento, a fim de verificar se a melhoria proposta pela empresa está sendo implementada.</p>
<p>23. Há preocupação com largura de aceiros em áreas de plantio de grande declividade, em que há erosão, como projeto Serrinha e Morro do Chapéu.</p>	<p>Existem hoje na empresa algumas situações originadas de um antigo procedimento realizado pela CENIBRA, que envolvia a abertura de aceiros com a utilização de tratores de esteiras, o que propiciava a ocorrência de processos erosivos.</p> <p>Este procedimento foi abolido, sendo atualmente realizada somente a capina química para a manutenção destes aceiros (não há uso de máquinas).</p> <p>Além disso, onde possível, a empresa tem procurado reduzir os aceiros de 20 para 10 metros de largura.</p> <p>A empresa tem um programa de recuperação de erosões, que, com base em uma escala de priorização, tem procurado recuperar áreas erodidas.</p> <p>Foi verificada em auditorias de campo a presença de processos erosivos em algumas áreas íngremes (áreas de arraste com guincho e estradas, regional de Guanhões). Foi aberta a Solicitação de Ação Corretiva Menor 03, para que sejam adotadas técnicas que visem a conservação do solo, e para que a malha viária e os aceiros sejam mantidos em condições que não favoreçam a erosão. As ações implementadas pela CENIBRA serão acompanhadas pela equipe auditora por meio das visitas de monitoramento.</p>
<p>24. Há comunidades prejudicadas por plantio em cima de nascentes. Exemplo: comunidade do Toco.</p>	<p>Vide respostas anteriores sobre água e plantações</p>
<p>25. Qual é a preocupação com plantios da Cenibra em topo de morro e encostas íngremes, causando erosão e não recarga do lençol.</p>	<p>A empresa adotou a técnica do cultivo mínimo como uma prática para favorecer a proteção do solo e dos recursos hídricos. Não é utilizado o fogo para limpeza do terreno, levando à criação de uma camada orgânica formada por galhos e folhas, que protege o solo e facilita a infiltração da água.</p> <p>Quanto a estradas e aceiros em áreas íngremes, vide resposta à questão 23 e a Solicitação de Ação Corretiva Menor 03 aberta na auditoria.</p>
<p>26. A Cenibra poderia fazer uma revisão para aumentar a área de proteção dos olhos d'água.</p>	<p>As áreas de proteção ao redor das nascentes, ou olhos d'água, são estabelecidas pela legislação brasileira, que as classificam como sendo de "preservação permanente", indicando que, no mínimo, deve ser preservado um raio de 50 metros.</p>

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	15 of 33	

	Com base em avaliações de campo realizadas durante o PTEAS – Planejamento Técnico, Econômico, Ambiental e Social, as áreas de preservação permanente são ampliadas, onde isso é possível; as estradas eventualmente existentes em área de preservação permanente são eliminadas onde a topografia assim o permitir, visando uma maior proteção aos recursos hídricos.
27. O ICMS não retorna para o município.	<p>O ICMS é tributo de competência e administração estadual. O Estado recebe esse tributo através de dois caminhos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Arrecadação direta para os cofres do Estado pelo ICMS pago pelos contribuintes; 2) Valor recebido da União através de um fundo criado pela Lei Kandir que compensa o Estado as perdas pela não tributação dos produtos exportados. <p>O Estado da Federação faz o “bolo tributário” e distribui entre os municípios de seu território. A participação dos municípios no bolo tributário se dá pela aplicação do “índice de participação do município” (VAF).</p> <p>Anualmente, os contribuintes de ICMS são obrigados a preencher e entregar o documento VAF (Valor Adicionado Fiscal) nas repartições fiscais estaduais. Com estas informações, o Estado conhecerá o valor líquido de riqueza que cada município gerou.</p> <p>Através da soma de todas as riquezas, geradas pelos municípios proporcionalmente, conhece-se o “índice de participação de cada município”. Receberá maior parcela de ICMS aquele município que gerar maior receita fiscal líquida (maior soma do VAF). Exemplo desta situação, ocorre com Belo Oriente, que devido ao grande volume de riqueza gerado pela exportação, mantém uma ótima performance diante da distribuição do bolo tributário arrecadado pelo Estado.</p> <p>Assim, todos os municípios são tratados com igualdade tendo como critério da arrecadação, a receita gerada.</p> <p>Diante do exposto, a Cenibra ao gerar o VAF, contempla todos os municípios onde atua. Para Belo Oriente, como já dissemos, o diferencial encontra-se no grande volume exportado (celulose), como também na significativa movimentação de madeira.</p> <p>Para os demais municípios onde atua, são utilizados os valores decorrentes da movimentação de madeira ocorrida no local. Assim, estes municípios participam da arrecadação de forma direta pela movimentação de madeira.</p> <p>A Cenibra contribui na formação do VAF dos municípios onde atua, através das aquisições ocorridas em estabelecimentos locais (supermercados, lojas materiais construção, produtos agropecuários, postos de combustíveis, etc.), que também são obrigados a gerar o VAF.</p> <p>Além do ICMS, podemos citar o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), imposto que é arrecadado diretamente para os cofres do município.</p> <p>Neste caso, a Cenibra retém o ISS diretamente para as prefeituras, por meio dos serviços gerados, tais como: plantio de mudas, capina, controle de formigas, colheita, manutenção de máquinas, etc.</p>
28. Sugestão: que a Cenibra comunique todo o uso de veneno e explique a periculosidade dele.	<p>A empresa estabeleceu um procedimento (a partir de setembro de 2004) para informar aos vizinhos e a outros interessados, quando for realizada aplicação de produtos químicos.</p> <p>Veja também a resposta à pergunta 5.</p>
29. Manifestação: ONG Instituto Criança Viva está implantando, em parceria com a Cenibra, o projeto árvore da cidadania, para recuperar topo de morro e nascentes, a Cenibra deu apoio a esse projeto que está previsto para iniciar no próximo ano.	Não requer respostas
30. A certificação florestal vai	Foi solicitado à parte interessada que apresentasse a lei que está citando para

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal		Issue n°:	0	Pág. n°:	16 of 33

<p>abranger todos os 47 municípios de atuação da Cenibra? Como será tratada a questão legal da ocupação máxima de monocultura em um município? Existe lei que define isso.</p>	<p>que a equipe auditora pudesse verificar. Não houve retorno e a equipe não identificou a existência dessa lei nos municípios onde se encontra a unidade de manejo florestal da Cenibra.</p>
<p>31. Informação: a Cenibra contribui com torres de incêndio e vigilantes de moto na ação preventiva e também no combate de incêndios na área do parque do Rio Doce provocados por caçadores, pescadores e pessoas que transitam na estrada do Parque. A empresa participa do Plano de Prevenção e Combate de Incêndios no Parque do Rio Doce.</p>	<p>Não requer resposta</p>
<p>32. A comunidade de Ribeirão do São José (município de Itabira) é muito pobre, é cercada por plantios florestais, não tem oportunidade de trabalho e desenvolvimento. Para que seja possível continuar conservando sua área de mata nativa precisa viabilizar o desenvolvimento humano. Observaram que espécies já se acabaram por necessidade de sobrevivência, como o palmito e a candeia. Possui uma área de Reserva Biológica, tem grande expectativa em fazer um projeto em parceria com a Cenibra, semelhante ao realizado na Fazenda Macedônia.</p>	<p>Com a criação do Instituto CENIBRA, vêm sendo realizadas reuniões com as comunidades, buscando identificar ações a serem implementadas no sentido de ajudar na promoção do desenvolvimento local.</p> <p>Durante a auditoria, foi levantada a Solicitação de Ação Corretiva Maior 05, requerendo que antes da recomendação para a certificação, a empresa elaborasse planos detalhados para ação social de acordo com as demandas locais e utilizasse os resultados de sua avaliação de impactos sociais no planejamento de suas atividades. Com parte da ação corretiva, a empresa contratou em fevereiro de 2005 quatro Assistentes Sociais para atuarem no diagnóstico, identificando oportunidades para que a empresa e as comunidades estabeleçam parcerias que promovam a melhoria da qualidade de vida.</p> <p>Com relação às áreas de reserva da região, conforme apresentado no item abaixo (34), a Cenibra informou que já existe um entendimento com a Prefeitura no sentido da empresa apoiar e participar nos projetos a serem desenvolvidos pela sociedade, através da Secretaria de Meio Ambiente.</p>
<p>33. Há uma demanda da escola da mesma comunidade, cuja área é vizinha de plantios da Cenibra, para trabalhar em parceria. Aguardam retorno.</p>	<p>Foi feito um levantamento dos registros de correspondências desde o ano 2.000, e não foi identificado nenhum pleito formalmente encaminhado. A empresa informou que por meio da Assistente Social do Instituto CENIBRA, a escola será procurada.</p>
<p>34. Itabira tem planos para fazer áreas de Proteção Ambiental (APA) e tem interesse em fazer uma parceria com a Cenibra. Há uma preocupação com a expansão da área plantada de eucalipto no município.</p>	<p>Já foram realizados os primeiros contatos entre a Prefeitura e a CENIBRA; os canais de comunicação têm funcionado e a empresa tem disposição em participar de uma parceria.</p> <p>A CENIBRA possui no município de Itabira uma área total de 5.844 hectares; destes, 2.788 estão plantados com o eucalipto, o que corresponde a 2,14% da área total do município, que é de 130.500 hectares. Além dessa área, existem 310 hectares de eucaliptos plantados em parceria com pequenos e médios proprietários rurais.</p> <p>Com relação à expansão da área plantada com eucalipto, as regras e condições para a ocupação e uso do solo devem ser estabelecidas pelo poder público, levando em consideração aspectos ambientais, sociais e econômicos. A empresa deverá seguir as regras estabelecidas.</p>

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	17 of 33	

<p>35. Preocupação com o plantio da Cenibra em áreas de APP e RL</p>	<p>Em razão das mudanças ocorridas na legislação florestal/ambiental, existem alguns projetos antigos em que o plantio ocorreu dentro de uma faixa que hoje é considerada como área de preservação permanente (APP).</p> <p>A CENIBRA, mediante uma condicionante de seu Licenciamento Ambiental, está promovendo a remoção dos eucaliptos existentes nestas áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL).</p> <p>Não ocorre atualmente o plantio de eucaliptos nestas áreas, e sim a retirada daqueles que estavam eventualmente presentes, o que está sendo feito de maneira a não danificar o sub-bosque.</p> <p>A questão envolvendo as áreas de preservação permanente em topos de morro foi considerada na Solicitação de Ação Corretiva Maior 01 (veja também resposta à questão 04)</p>
<p>36. Preocupação: o município em que a floresta está plantada não recebe impostos, como pode haver uma compensação a esse município pela empresa por utilizar suas terras?</p>	<p>O mesmo tema foi abordado no item 27.</p>
<p>37. A terceirização na Cenibra causa degradação nas condições do trabalho. Existem diversas irregularidades entre as empresas prestadoras de serviços.</p>	<p>No estabelecimento do contrato com as prestadoras de serviços, e depois nas auditorias internas de verificação de atendimento aos procedimentos da qualidade, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional e aspectos sociais, a CENIBRA possui instrumentos para verificar se os requerimentos legais estão sendo atendidos pelos seus prestadores de serviços.</p> <p>Durante a auditoria de certificação florestal, a equipe auditora fez uma avaliação das condições de trabalho do pessoal próprio e de terceiros, tanto por meio de revisão de documentos, como por meio de entrevistas, depoimentos de partes interessadas e observações diretas de campo. Os problemas identificados referentes à legislação trabalhista e ao atendimento às normas de saúde e segurança deram origem às Solicitações de Ação Corretiva Menores 02 e 04 (veja ao final desse relatório) e às oportunidades de melhoria referentes à alimentação dos trabalhadores e ao monitoramento do trabalho feminino. O adequado encaminhamento das ações por parte da Cenibra será acompanhado nas visitas de monitoramento.</p>
<p>38. O município de Ipaba possui condições precárias de saúde, habitação e saneamento, sendo que no local moram trabalhadores da empresa. As áreas da empresa estão inseridas praticamente dentro do limite urbano do município. Quais as contribuições que a empresa tem dado para o desenvolvimento deste município?</p>	<p>A Cenibra apóia o desenvolvimento de Ipaba com diversas ações, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização da Associação de Produção Agropecuária da comunidade Antunes e Guerra, além de doação de maquinário e materiais para a construção da fábrica de farinha e biscoitos. • Parceria agrícola Projeto Santa Marta (63 hectares de terras agricultáveis, beneficiando 105 famílias) • Reforma do ginásio poliesportivo de Ipaba para implantação do Projeto Segundo Tempo de Esporte para Jovens, em parceria com a Prefeitura Municipal e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Esporte. • Doação de uma biblioteca completa com acervo inicial de 1000 livros, incluindo móveis e equipamentos, em parceria com o projeto Quero Ler do governo Federal e governo de Minas Gerais. • Implantação da Escola de informática em parceria com a Igreja Católica de Ipaba. • Está em processo a cessão de área para implantação do aterro

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	18 of 33	

	<p>sanitário do município e apoio para a implantação da coleta seletiva e implantação de uma associação de catadores de material reciclável.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foi realizado o treinamento de professores da rede pública de ensino, de educação ambiental no contexto do Projeto Escola de Vida • Unidade de Conservação RPPN Macedônia – A Reserva Particular do Patrimônio Natural, mantida pela Cenibra, com o projeto de re-introdução de aves silvestres ameaçadas de extinção, possibilita ao Município de Ipaba e de Bugre a receber verbas do governo estadual, dentro da política de ICMS ecológico. • Está em discussão a implantação de uma base de pesquisa do Unileste em áreas da Cenibra, oferecendo como contra partida serviços à comunidade através das diversas áreas do Unileste.
<p>39. O transporte de madeira no município utilizou vias urbanas, gerando aumento da poluição atmosférica (Barão de Cocais); há pouca utilização da mão-de-obra local, pela mecanização e terceirização das atividades. Por outro lado, a empresa buscou soluções para a proteção de nascentes na região (não cortou essas áreas e o preparo de solo obedeceu a topografia local), e contribuiu com a prefeitura (doação de material para construção de pontes, doação de material escolar).</p>	<p>A Cenibra utilizou provisoriamente o acesso pela área urbana de Barão de Cocais. A empresa recuperou um acesso secundário para o tráfego de seus veículos que também é utilizado pela comunidade.</p>

5.2 Questões e comentários recebidos entre 23 de março e 23 de abril/2005 (período de 30 dias que o resumo público foi disponibilizado às partes interessadas para comentários).

Questões levantadas	Respostas
<p>1. A empresa deve cumprir com as condicionantes sócio-ambientais acordadas com o CODEMA de Belo Oriente</p>	<p>Verificou-se o documento “Sugestões a FEAM de condicionantes sócio-ambientais relativas à ampliação da produção de celulose de 860.000 t para 940.000 t por ano da Cenibra”, elaborado pelo CODEMA de Belo Oriente, em 25/08/2003 e encaminhado à Cenibra em 09/09/2003, com 53 sugestões.</p> <p>Verificou-se a ata de reunião realizada no escritório da Cenibra no dia 21/11/2003, referente ao documento acima, realizada com a presença de representantes da Cenibra e do CODEMA de Belo Oriente. Nesta ata, estão registradas as sugestões acatadas pela Cenibra e os pontos de discordância, bem como os encaminhamentos que seriam dados. A ata foi assinada por todos os participantes da reunião – representantes da Cenibra e do Codema, concordando com o seu teor.</p> <p>Vários itens acordados foram executados ou estão em andamento e alguns ainda estão pendentes. Entretanto, as pendências não estão relacionadas diretamente às condicionantes levantadas pela FEAM.</p> <p>Houve uma reunião recentemente, no dia 10/03/05 na qual a nova diretoria do</p>

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	19 of 33	

	<p>CODEMA ficou de revisar a lista levantada em 2003, atualizando-a face a nova realidade e necessidade do município.</p> <p>A Cenibra também se comprometeu em apresentar o plano de ação do Instituto Cenibra para Belo Oriente.</p> <p>Os desdobramentos das ações da Cenibra a partir da parceria com o município e atendimento aos compromissos firmados com o CODEMA serão acompanhadas pela SGS nas visitas de monitoramento.</p>
<p>2. A Cenibra não cumpre com a legislação, principalmente a tributária. O município é prejudicado pois as empresas prestadoras de serviços são de fora e recolhem os impostos (ISS) nas suas sedes e não no município onde a atividade foi executada. A Cenibra deveria informar e orientar seus prestadores de serviços nesse sentido.</p>	<p>A empresa apresentou prova de regularidade fiscal, informando que isso é imprescindível para a manutenção de suas operações regulares.</p> <p>Quanto às receitas fiscais repassadas aos municípios, salientamos que as mesmas seguem normas específicas, que são definidas pelo governo e devem ser seguidas pela Cenibra (ver também os comentários detalhados na questão 27 do quadro anterior).</p> <p>A Cenibra retém o ISS diretamente para as prefeituras, conforme Lei Complementar 116/03, artigos 3º e 6º, dos serviços prestados por terceiros, tais como: Silvicultura (preparo de solo, plantio de mudas, capina, controle de formigas, etc); Colheita Florestal (corte de árvores, baldeio, carregamento/descarregamento de madeira, transporte municipal etc); Vigilância, Segurança, Terraplanagem (conservação de estradas), etc.</p> <p>É importante lembrar quanto ao ISS, que a atividade florestal é sazonal, portanto, existem períodos que não ocorrem estas atividades em determinados municípios. Assim, quando não ocorrer a atividade, não haverá tributação/retenção do ISS.</p>
<p>3. A empresa adquiriu recentemente uma propriedade no valor de 2 milhões de reais (em 2004). A transação não correu nos moldes formais, não houve recolhimento do ITBI ao município de Gonzaga. A empresa não levantou a existência de débitos ou pendências em relação à área comprada e não lavrou a escritura, lesando o município. Há meeiros no local, não sabem como será a conduta da empresa.</p>	<p>Verificou-se que a CENIBRA celebrou contrato de compra e venda de imóvel rural com o Sr. José Campos de Miranda, no valor de R\$ 1.510.100,00, no dia 28/10/04. O referido imóvel se localiza no município de Gonzaga e possui 604,04 ha. O instrumento firmado atende aos requisitos legais para sua celebração.</p> <p>A escritura ainda não foi lavrada, pois, de acordo com a legislação em vigor, a mesma somente poderá ser realizada após a apresentação de todos os documentos ao cartório, sendo que muitos desses documentos dependem da realização de trabalhos que demandam um tempo maior para serem concluídos. A empresa informou que escritura será lavrada assim que estes trabalhos forem concluídos. Esse documento será verificado pela SGS na próxima visita de monitoramento.</p> <p>Quanto ao recolhimento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, as Promessas de compra e venda e cessões de direitos anteriores a escritura, não registradas no registro de imóveis, não constituem fato gerador do imposto. Isso só ocorre com a transferência efetiva da propriedade ou do domínio útil, na conformidade da Lei Civil, com o registro no cartório imobiliário.</p> <p>A empresa informou que existem dois meeiros no local, para quais foi salvo em contrato, na cláusula 1.1.1 (Objeto do Contrato), a exclusão dessas áreas com a finalidade de manutenção da posse dessas pessoas na área atualmente ocupada.</p>
<p>4. A empresa não está cumprindo com seu papel social e ambiental. Foi relatado o uso de herbicidas nas áreas próximas aos cursos d'água, contra as recomendações dos fabricantes do produto. Ela não comunica suas operações e gera dúvidas à população</p>	<p>Vide respostas às questões levantadas na consulta pública a respeito de uso de agrotóxicos e comunicação da empresa.</p>
<p>5. A empresa lança o preço da terra nua a um valor irrisório, para ter uma baixa tributação do ITR.</p>	<p>A CENIBRA, no exercício de 2004, possuía registrado regularmente em seu patrimônio cerca de 889,6 há no município de Gonzaga. O valor quitado no exercício de 2004 foi R\$ 140,01. Esse valor foi obtido através da aplicação da</p>

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	20 of 33	

<p>Os valores declarados são condizem com o preço da terra na região e é mais uma forma de lesar os municípios. No caso de Gonzaga, a Cenibra tem 1200 ha, mas paga R\$64,00 por ano de ITR, sendo repassados ao município 50% desse valor, isto é, R\$ 32,00.</p>	<p>legislação em vigor, que determina como base de cálculo do imposto apenas o valor da terra nua tributável qual seja, em resumo, o valor do imóvel, excluindo-se o valor das benfeitorias e das culturas, multiplicado ao final pela alíquota respectiva do grau de utilização do imóvel. Assim, o valor adotado para cálculo do imposto não é o valor do imóvel, mas sim o valor da terra nua especificamente tributável.</p>
<p>6. A empresa não se dispôs a colaborar com o município de Gonzaga para solução do problema do lixo. A prefeitura não dispunha de terra para construção de um aterro e solicitou uma doação à Cenibra. A empresa negou e também não deu apoio técnico para a solução do problema. Após vários meses sem retorno, a Prefeitura solicitou a desapropriação de uma área, o que gerou conflitos. Ao fim, o juiz deu ganho de causa à Prefeitura e a indenização paga foi baseada no valor declarado pela empresa no ITR. Por um lado, a empresa declara um valor baixo para pagar menos imposto; por outro, reclama que a indenização não foi justa por que a área valia mais.</p>	<p>Quanto à questão do ITR, vide comentários da questão anterior.</p> <p>A Cenibra confirmou que foi procurada pelo município para doação de uma área para a criação do aterro e que antes do processo de desapropriação, a empresa já estudava cessão de uma área mais adequada à legislação ambiental em vigor. Confirmou também que recorreu ao judiciário para avaliação do valor a ser pago pela desapropriação e que o processo está ainda em trâmite.</p> <p>O fato de haver um processo envolvendo a empresa não é fator que a desqualifica para certificação, entretanto a disputa e seu resultado final será acompanhado pela equipe auditora nas vistas de monitoramento.</p> <p>Questões relacionadas à melhoria de comunicação e maior envolvimento com as comunidades locais foram tratadas em Solicitações de Ações corretivas abertas durante a auditoria (vide comentários e respostas do item 5.1).</p>
<p>7. A Federação dos Trabalhadores da Indústria Extrativa de Minas Gerais/ Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Guanhães e região apresentou uma série de questões e denúncias referentes à Cenibra, abrangendo os seguintes pontos:</p> <p>- existência de vários inquéritos civis públicos contra a Cenibra no Ministério do Trabalho (3ª região) e uma Ação Civil pública na procuradoria regional do trabalho de MG.</p> <p>- informação sobre a ocorrência de uma Audiência Pública em 30/03/2005 na Assembléia Legislativa de MG para debater irregularidades relacionadas à</p>	<p>A equipe auditora verificou as informações e as evidências relacionadas às questões apresentadas e requereu à Cenibra os esclarecimentos necessários. As constatações estão resumidas abaixo e cópias dos documentos encontram-se com a equipe auditora da SGS.</p> <p>Verificou-se que existe um Inquérito civil Público em andamento (ICP 77/02) instaurado para verificar as condições que se dá a terceirização da Cenibra na área florestal (essa verificação alcançou as demais empresas de base florestal de MG). Dentre as empresas investigadas, a Cenibra foi a única cujo ICP não subsidiou a instauração de uma Ação Civil Pública.</p> <p>A Cenibra apresentou o original da “Certidão de Distribuição – ações e execuções – cível, criminal, fiscal e JEF” emitida pela Justiça Federal de Primeira Instância, Seção judiciária de Minas Gerais (n/ 13537-2, emitida em 27/04/2005). Este documento certifica que de acordo com os registros de 25 de abril de 1967 até a presente data (27/04/2005), não contam processos na Justiça Federal de primeira Instância referentes aos assuntos citados pela FTIEMG.</p> <p>Verificou-se a ata da audiência, disponibilizada no website da Assembléia. Como resultado da audiência, decidiu-se que será realizada uma visita às áreas da Cenibra para verificar no local as condições de trabalho oferecidas e que será enviado ofício à Delegacia Regional do Trabalho de MG pedindo apuração de ocorrência de doenças ocupacionais e intoxicação por produtos químicos.</p>

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	21 of 33	

<p>violação de direitos humanos praticada pela Cenibra contra seus trabalhadores e terceiros.</p> <p>- As empreiteira “quebram” e deixam de pagar os encargos e indenizações aos trabalhadores, que ficam abandonados (caso da empresa V.A. Empreendimentos Florestais).</p> <p>- Trabalhadores e ex-funcionários vivem em moradias em péssimas condições. Citados os casos dos Srs. José bento da Silva e Sr. Efigênio de Andrade.</p> <p>- Os salários pagos na empresa são os mais baixos do mundo e não permitem uma vida digna ao trabalhador.</p> <p>- Denúncias de irregularidades nas empresas prestadoras de serviços.</p>	<p>A Cenibra está preparando uma nota de esclarecimento às partes interessadas e um “dossiê” contendo cópias dos documentos e evidências diante das denúncias do SITIEXTRA e da FTIEMG.</p> <p>O histórico do processo foi verificado, bem como os registros pertinentes, A empresa apresentou evidências documentadas de que os trabalhadores da V.A receberam os pagamentos a que tinham direito (salários e acertos rescisórios). Foram verificados os seguintes documentos: declaração emitida pelos Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas de Antônio Dias e Região e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração de madeira e da lenha de Açucena, Periquito, Naque, São Geraldo da Piedade, Governador Valadares e Belo Oriente, na qual informam que a Cenibra garantiu a retenção dos valores que foram depositados à disposição da Justiça do Trabalho. Outra ação implementada foi solicitar que a prestadora de serviços que substituiu a V.A contratasse os trabalhadores da antiga empresa.</p> <p>Em julho de 2004, a empresa fez um levantamento das condições de moradia de todas as casas existentes na unidade de manejo florestal e elaborou um programa para reforma e melhoria das habitações. Os registros deste levantamento foram verificados. De um total de 56 casas, existiam na data acima 32 residências habitadas em áreas da Cenibra. O levantamento indicou a necessidade de reforma (11 casas), reparos (17), desmanchar (11) e que 17 casas estavam em bom estado. Foi preparado um programa para melhoria, com orçamento de R\$230.000,00 (incluindo a instalação de rede elétrica).</p> <p>No caso da residência do Sr. Efigênio de Andrade, o relatório de julho de 2004 identificou que a mesma estava em boas condições (fotos indicam a existência de sanitário revestido, caixa d’água, cisterna e a tentativa de uso de células fotoelétricas para produção de energia). Verificou-se o contrato de locação firmado entre a Cenibra e o trabalhador (em junho de 2001).</p> <p>Especificamente quanto ao caso do Sr. José Bento, o contrato de locação foi firmado em 1983 entre o trabalhador e a Florestas Rio Doce. Pelo contrato de locação, ele deveria ter desocupado o imóvel da empresa logo após o seu desligamento (1999), o que não aconteceu por recusa do mesmo. A empresa identificou que o imóvel não está em condições de habitação, porém está avaliando como irá transferir o ex-funcionário do local. Foram verificados documentos que informam que o trabalhador aposentou em 1999 por idade e não por invalidez (conforme indicado na Concessão de Aposentadoria do INSS de 22/10/1999).</p> <p>Foi solicitado à Cenibra um levantamento dos salários pagos para diferentes funções (trabalhadores próprios e terceiros). O piso salarial é atualmente de R\$277,00 (conforme verificado em cópias de folhas de pagamento). Há salários diferenciados para as funções, como operador de motosserra, técnicos etc. Os salários pagos e os benefícios adicionais estão amparados pelo acordo coletivo firmado com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Guanhães, em maio de 2004.</p> <p>Durante a auditoria, verificou-se em campo, por meio de entrevistas e de revisão de documentos, as condições de trabalho nas empresas prestadoras de serviços. Verificou-se também como a Cenibra monitora seus terceiros para garantir atendimento à legislação e aos direitos dos trabalhadores. Os desvios identificados na auditoria foram tratados nas Solicitações de Ações Corretivas levantadas pela equipe auditora (vide detalhes neste relatório).</p> <p>A última inspeção interna realizada pela Cenibra gerou um plano de ação para correção de irregularidades e uma inspeção geral está programada para junho de 2005. As questões envolvendo os terceiros e os resultados deste plano de</p>
---	---

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	22 of 33	

<p>- Denúncia de irregularidade e falta de legitimidade do Acordo Coletivo celebrado entre a Cenibra e o Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário.</p> <p>- Denúncia de que o Sr. Airton Rodrigues de Jesus, trabalhador florestal, faleceu em decorrência de intoxicação por agrotóxico (em março de 2004).</p>	<p>ação serão acompanhados pela equipe da SGS nas visitas de monitoramento.</p> <p>A CENIBRA tem firmado acordos coletivos com 07 (sete) sindicatos que representam sua totalidade de 1860 empregados, cuja data base ocorre sempre em outubro, sendo que os sindicatos a seguir relacionados, representam 1822 empregados, estando amplamente amparados por acordos coletivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Papel e Celulose – Sinticel • Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Antônio Dias e região – Sintixtra. • Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extrativa da Madeira e da Lenha de Açucena e região • Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extrativa da Madeira e da Lenha de Santa Bárbara • Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extrativa da Madeira e da Lenha de São Mateus • Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário de Belo Oriente, Açucena, Virginópolis, Guanhães e Sabinópolis (SINTRO). <p>Os acordos com o Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário já são realizados há vários anos (verificado acordo firmado em anos anteriores). O sindicato possui registro sindical (Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho, 17/02/1998) e de acordo com a certidão referente ao registro da ata da assembléia e estatuto da entidade, ele abrange as funções de motoristas, mecânicos e operadores de máquinas que atuam na unidade de manejo florestal. Foram apresentadas evidências de recolhimento da contribuição sindical ao sindicato (SINTRO) em 2003 e em 2004.</p> <p>Cópia do acordo coletivo firmado como SINTRO em 22/11/2004 foram verificadas e estão arquivadas pela SGS. Foi apresentada pela Cenibra a base legal que respalda as cláusulas de banco de horas e da jornada de trabalho.</p> <p>Quanto ao Sindicato dos Trabalhadores na Extrativa de Madeira e da Lenha de Guanhães, que representa 38 empregados, a CENIBRA ainda não firmou acordo com o mesmo. Os empregados representados por este sindicato formaram uma comissão e realizaram uma assembléia onde foi aprovada a proposta da CENIBRA, com a assinatura da grande maioria dos presentes, que representavam aproximadamente 90% dos empregados. Cópia da ata de reunião foi apresentada à SGS.</p> <p>Com relação aos prestadores de serviços, estes estabelecem relacionamento direto com os sindicatos que representam os seus trabalhadores, cuja data base ocorre sempre no mês de maio.</p> <p>Não há ainda evidência documentada que comprove o ocorrido. A certidão de óbito cita como uma das causas da morte a intoxicação, mas não explicita por qual substância e em que condições tenha ocorrido. Foi solicitado à Cenibra que levante maiores informações.</p> <p>Durante a auditoria, verificou-se como a empresa gerencia adequadamente o uso de agrotóxicos e que existem condições seguras para a sua aplicação. Não foram verificados registros de acidentes graves ou óbitos decorrentes do uso de agrotóxicos.</p> <p>Foi analisada a relação de produtos aplicados e solicitadas ações corretivas/oportunidades de melhoria no que se refere ao uso de equipamentos de proteção individual e à substituição de produtos químicos.</p>
--	--

6. RESULTADOS

6.1 Descrição do atendimento aos requisitos da Norma

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	23 of 33	

Princípio 1: Cumprimento da Legislação

1.1 A organização deve realizar atividades pertinentes à implantação e ao manejo das florestas, de acordo com as legislações e outros regulamentos florestais ambientais vigentes

- A empresa demonstrou conhecer as leis pertinentes à atividade florestal. Possui uma assessoria especializada e um departamento jurídico que são responsáveis por compilar e interpretar as leis aplicáveis e manter o sistema atualizado.
- As leis e a análise de sua aplicação estão disponíveis para consulta na Intranet da Cenibra. O sistema permite consulta por tema, área aplicável, nome e número da lei.
- Os requerimentos legais são desdobrados em procedimentos e orientações de campo, de modo que possa ser garantida sua implementação nas operações florestais.
- O monitoramento do atendimento às leis ambientais é feito através do sistema de auditorias internas anuais e é submetido às auditorias semestrais pela certificação ISO 14.001.
- A Cenibra possui o certificado de Licença de Operação nº 015 (processo 38/89/06/02) - emitido pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) em 31 de março de 2003, revalidando a Licença de Operação até 28/03/07.
- Foram verificadas por amostragem as licenças para exploração de cascalheiras e as outorgas de água.
- Foram verificadas por amostragem as licenças requeridas pelo IEF – Instituto estadual de Florestas para a atividade florestal. Foi levantada a SAC Maior 01, referente à atividade florestal realizada em áreas de preservação permanente de “Topo de Morro”.

1.2 Os direitos das comunidades locais de uso e de ocupação das terras com florestas naturais, devem ser respeitados.

- As áreas próprias que constituem a UMF estão em nome da CENIBRA. Foram verificadas por amostragem as escrituras, bem como os contratos de arrendamento.
- Foram verificadas as CITM – Certidão de Inteiro Teor da Matrícula, documentos registrados em cartório com as informações do imóvel e dos transmitentes e adquirentes. Entre outras informações, encontra-se a averbação da Reserva Legal de cada propriedade. Adicionalmente, foi verificado o documento SPF-M-013/2004 de 18/10/04, para cumprimento da condicionante nº 4 da LO-15, onde o anexo 1 contém a relação detalhada de todas as averbações de áreas de reserva legal, constando o nome do projeto florestal, nº da matrícula, nº do livro, comarca, área averbada e data da averbação
- A empresa possui contratos de fomento com 610 produtores, em uma área total de 8.942,00 ha, cujos modelos foram verificados durante a auditoria. A área de fomento está fora do escopo da certificação.
- A demanda para coleta não predatória em áreas de vegetação natural na UMF na CENIBRA é muito pequena, se restringindo à coleta de folhas de palmeiras para artesanato e algumas plantas medicinais.
- A empresa possui informações sobre todas as propriedades vizinhas e comunidades do entorno de suas plantações florestais. O programa "Vizinho Legal" é um instrumento de informação e de conscientização contra atividades ilegais e incêndios florestais.
- Verificou-se a existência de uma comunidade indígena no município de Carmésia, porém fora das áreas da Cenibra (distante cerca de 100 Km) e sem qualquer relação de uso dos recursos naturais existentes na propriedade da empresa. Essa informação foi confirmada durante a consulta pública, junto ao representante da FUNAI.
- A empresa realizou um diagnóstico sobre a existência de sítios especiais nas áreas que compõem sua unidade de manejo florestal (“Identificação de sítios com valor histórico, cultural, ecológico, religioso, arqueológico ou espeleológico”, agosto de 2004). Não foram diagnosticados locais de especial significado para as comunidades indígenas.

1.3 Cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e tributária

- Verificou-se por amostragem os comprovantes de pagamentos dos principais impostos e taxas aplicáveis à Cenibra.
- Foram verificadas as certidões positivas de débito com efeito de negativa e certificado de regularidade (FGTS e Previdência Social) .

OS nº:				Tipo da Visita		Visita nº:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue nº:	0	Pág. nº:	24 of 33	

- A empresa possui uma Política de Sistema Integrado de Gestão (PSIG) que contempla a gestão da segurança e saúde ocupacional. Essa política é desdobrada em procedimentos e se aplica também aos terceiros (o atendimento às leis é definido em contrato de prestação de serviços).
- Há uma equipe composta por um engenheiro e por técnicos de segurança, que atuam em todas as regionais. Essa equipe é responsável pelo monitoramento das condições de saúde e segurança dos trabalhadores próprios e terceiros.
- Foram verificadas as fichas de “Avaliação mensal das contratadas – desempenho de segurança no trabalho”, em que são analisados 24 itens na Ficha de Inspeção Ocupacional e 33 itens na Ficha de Inspeção para Prestadores de Serviços, quanto a itens e aspectos de: PCMSO, Registros de Profissionais conforme NR's, Prontuário Médico Ocupacional, Acidentes de trabalho, Vacinas, Higiene, Kits de Primeiros Socorros, Admissão, Folha de Pagamento, Demissão, Encargos Sociais e Trabalhistas. Nesta avaliação, as empresas prestadoras de serviço são pontuadas em cada um dos itens e os resultados são utilizados para monitorar o trabalho e propor correções e melhorias. Há um procedimento interno que avalia e fiscaliza os contratos. Entre 01 de julho a 15 de agosto de 2004, foram avaliadas 56 empresas contratadas, totalizando um efetivo de 6.733 pessoas, atuando em Silvicultura, Colheita, Transporte e Infraestrutura. O Relatório de Inspeção Integrada da Área Florestal apresenta o resultado dessa inspeção, analisa os principais pontos identificados e gera recomendações.
- Na amostragem realizada, foram verificadas algumas situações em que o prestador de serviços não estava cumprindo integralmente as Normas Regulamentadoras do Trabalho. Foi levantada a SAC Menor 02.
- Na amostragem de campo realizada, foram verificados trabalhadores usando os EPIs indicados para as operações, com exceção da preparação do gel usado no plantio irrigado (vide SAC Menor 04).

Princípio 2 - Racionalidade no uso dos recursos florestais

2.1 A organização deve adotar estratégias orientadas para o uso e manejo sustentáveis dos recursos florestais

- Dentro do seu sistema de gestão ambiental, a Cenibra elaborou uma planilha para identificação de aspectos e impactos ambientais. A partir dos impactos significativos, a empresa definiu planos de controle ambiental para o processo florestal e incluiu em seus procedimentos as medidas ambientais necessárias para minimizar ou evitar impactos negativos.
- Há entre as linhas de pesquisa e desenvolvimento da Cenibra um programa de melhoramento genético florestal. Esse programa é responsável por identificar e testar diferentes materiais genéticos (espécies, clones, híbridos), para selecionar aqueles mais adequados do ponto de vista econômico e ambiental.
- A CENIBRA possui um Sistema de Cadastro Florestal (SCAF) atualizado, com as informações sobre a UMF e as espécies plantadas. Foi verificada a distribuição do material genético (clones de híbridos de *Eucalyptus*) nos projetos e talhões, a porcentagem, a extensão por classe de idade e o sistema silvicultural para garantia da sustentabilidade econômica e conservação da diversidade biológica.
- Na amostragem realizada, não foi verificado desperdício de resíduos da colheita, nem danos aos recursos remanescentes. A madeira que não é aproveitada para celulose, é vendida para a produção de carvão vegetal.
- Existem procedimentos documentados para as atividades florestais. Verificou-se a implementação dos mesmos em campo.

2.2 As operações florestais devem estar fundamentadas em plano de manejo florestal atualizado

- A empresa possui um plano de manejo documentado, com informações sobre os recursos manejados e referenciado aos procedimentos do sistema integrado de gestão. O documento atende aos requerimentos do item 2.2. (a) da norma.
- Verificou-se a existência de um profissional responsável e legalmente habilitado.
- O plano de manejo é desdobrado em Plano Plurianual e Planejamento Anual, realizados pelo Departamento de Planejamento e Pesquisa. É elaborado um macro planejamento e um micro planejamento, que gera o Plano Técnico Econômico e Ambiental (PTEA).
- Existem instrumentos gerenciais para avaliação do desempenho e dos resultados do manejo florestal. Além disso, verificou-se que além das avaliações periódicas, é feita uma avaliação anual e a tomada

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	25 of 33	

de decisões para o próximo ano incorpora as mudanças necessárias e os resultados da pesquisa e do desenvolvimento.

- Por meio de registros de treinamento e de entrevistas, verificou-se que os trabalhadores florestais recebem treinamento sobre os procedimentos florestais aplicáveis às suas atividades, sendo essa uma das maneiras de repassar aos trabalhadores as informações sobre o plano de manejo. Além do treinamento nos procedimentos, existem programas regulares de treinamento nas áreas de saúde e segurança e meio ambiente, entre outros.
- Verificou-se que a linguagem e conteúdo do resumo público do Plano de Manejo não são acessíveis ao público leigo (vide SAC Menor 06).

2.3 A organização deve implementar tecnologia florestal apropriada às peculiaridades locais.

- A empresa possui uma área de pesquisa e desenvolvimento estabelecida, que conta com apoio e parcerias realizadas com diversas universidades e instituições de pesquisa reconhecidas mundialmente na área de silvicultura.
- Verificou-se na revisão de documentos e em visitas de campo as ações que a Cenibra vem tomando na busca de alternativas para aumentar a eficiência e a eficácia de seu manejo florestal, como testes de equipamentos e técnicas silviculturais, seleção de máquinas mais adequadas às condições de solo e topografia, seleção e plantio de material genético de alta produtividade e qualidade da madeira, entre outras .
- Os procedimentos escritos para as operações florestais encontram-se dentro do sistema integrado de gestão da empresa e são mantidos atualizados e controlados, conforme verificado durante a auditoria.
- Verificou-se a existência de programas de treinamento por meio de registros e de entrevistas com trabalhadores próprios e de terceiros.

2.4 Deve haver um sistema implementado que permita rastrear o fluxo de matéria-prima florestal desde a origem até o pátio de processamento.

- O escopo da certificação florestal abrange todas as atividades de manejo florestal, até o ponto final da cadeia de custódia da floresta, que é a chegada da madeira na portaria da unidade industrial. Os produtos da unidade industrial serão cobertos por um certificado de cadeia de custódia específico e o sistema de controle será descrito em relatório próprio.
- Verificou-se o cadastro de áreas e a documentação legal referente às áreas de colheita, bem como os resultados do inventário para essas áreas, com estimativas do volume a ser colhido.
- A madeira destinada para produção de celulose tem diâmetro mínimo de 7 cm. A madeira com diâmetro entre 3 e 7 cm (cerca de 30 m³/ha, 11 % do volume colhido) é classificada como finos e vendida para energia ou para a produção de carvão vegetal, a clientes locais.
- As toras destinadas para a indústria são transportadas em caminhões ou pelo sistema ferroviário. A madeira de regional de Nova Era é transportada de caminhão até os pátios ferroviários e daí segue de trem até à fábrica. Os controles e registros existentes para ambos os sistemas foram verificados em visitas aos locais no campo e por meio da revisão de documentos.
- Conforme verificado, o documento que acompanha as cargas de madeira é uma Nota de Transporte de Madeira (NTM). Esse documento permite rastrear a origem da madeira que chega até à fábrica em Belo Oriente.
- A empresa possui um sistema para controle de fluxo de caminhões, cuja responsabilidade é do Departamento de Colheita e Logística. Os postos responsáveis pelo controle de fluxo são unidades móveis. Os registros de verificação de carga na estrada possuem um formulário em que são preenchidas as principais informações referentes à carga, como data, Regional, empresa transportadora, placas do caminhão, observação e nome do responsável.

Princípio 3 - Zelo Pela Diversidade Biológica

3.1 A introdução e a utilização do material genético devem ser realizadas de forma controlada e segundo normas de biossegurança. Deve haver experiência prévia com o material que, além de comprovar o potencial de produção florestal na região, permita que sejam avaliados os eventuais impactos ambientais

- O eucalipto, originário da Austrália, foi introduzido no Brasil na segunda metade do século XIX. Na década de 40 foram realizados os primeiros plantios de eucalipto em Minas Gerais. Especificamente no

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	26 of 33	

caso da Cenibra, até 1983 a estatal Florestas Rio Doce foi responsável pelo abastecimento de madeira da indústria. A partir daí, o fornecimento começou a contar com matéria-prima proveniente de plantios próprios da empresa.

- Conforme verificado em campo, não há ocorrência de regeneração natural e invasão de áreas de vegetação nativa pelo eucalipto na região de atuação da empresa.
- A Cenibra possui um programa de melhoramento genético florestal estabelecido e fundamentado nos preceitos científicos.
- A empresa não utiliza organismos geneticamente modificados.

3.2 As operações florestais devem ser executadas considerando a proteção dos ecossistemas remanescentes. Ecossistemas únicos com importância ambiental, arqueológica histórica, cultural ou social devem ser preservados

- De acordo com o histórico de ocupação das áreas da Cenibra, as plantações de eucalipto da empresa iniciaram-se no início da década de 1980 em áreas já antropizadas, utilizadas anteriormente para agropecuária.
- Vide item 3.5 a respeito da “Identificação de sítios com valor histórico, cultural, ecológico, religioso, arqueológico ou espeleológico”.
- O planejamento florestal - em nível macro e micro (local) - considera as restrições ambientais e as particularidades do local (verificados registros do PTEA). O uso e a ocupação do solo são estabelecidos de acordo com esse planejamento.
- De acordo com seus objetivos, os estudos de flora realizados e o monitoramento de fauna irão gerar subsídios para que a empresa aprimore suas ações de conservação ambiental e planeje a distribuição das plantações de eucalipto e da vegetação nativa, favorecendo a conectividade entre os fragmentos de ecossistemas naturais.
- A empresa possui ações de educação ambiental junto aos municípios em sua área de atuação, como a Unidade Móvel, Projeto Portas Abertas, projeto de recuperação de lagoas, Vizinho Legal, Escola de Vida, UNIECO - Unidades de Integração, dentre outros.
- Há uma RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural estabelecida na Fazenda Macedônia. Nesta área estão sendo desenvolvidos projetos para reintrodução de aves silvestres ameaçadas de extinção.
- Foram verificados os planos para restauração de áreas degradadas e visitadas áreas de mata ciliar em processo de recuperação.
- A empresa identificou as unidades de conservação existentes em seu entorno. A principal delas é o Parque Estadual do Rio Doce, área significativa de um remanescente da mata Atlântica de Minas Gerais.

3.3 Devem ser adotadas técnicas de proteção florestal e de manejo integrado de pragas e doenças

- As pragas que causam danos econômicos são: formigas cortadeiras (verificados os procedimentos para monitoramento da infestação e para controle, documentados no SGA – Sistema de Gestão Ambiental) e cupins (há recomendação de controle, emitida por especialista na área; as técnicas de controles estão descritas no procedimento de plantio). Nos casos esporádicos de ataques de lagartas, é aplicado o controle biológico (Dipel). No caso de doenças florestais, não é feito o controle direto dos patógenos e sim o desenvolvimento de material genético resistente a doenças (como cancro e ferrugem). A empresa possui equipe própria para pesquisa e monitoramento/acompanhamento do surgimento de novas pragas e doenças nas plantações de eucalipto (linha de pesquisa Manejo e Controle de Pragas Florestais). Existem trabalhos já realizados e em andamento em parcerias com instituições de pesquisa e universidades .
- Foram verificados registros de informação aos vizinhos sobre aplicação de agrotóxicos (procedimento de comunicação iniciado em setembro de 2004), assinados pelos vizinhos notificados. Esta informação contém o dia, o tipo de agrotóxico (formicida ou herbicida), solicitação de cuidado com o trânsito de pessoas, rebanhos e animais domésticos nessas áreas por um período de 24 horas, informação sobre a toxicidade dos produtos e sobre a forma de aplicação.

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	27 of 33	

- Existe um plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais implementado em cada região. Verificou-se nas fazendas visitadas a existência de brigadas de incêndio, equipamentos para combate, torres de incêndio, caminhões pipa, pontos para captação de água, rádios para comunicação e vigilância, além da manutenção das estradas e aceiros. Existem procedimentos escritos para prevenção e combate a incêndios florestais e registros de ocorrências.

3.4 Os ecossistemas naturais devem ser monitorados de modo a fornecer informações sobre seus recursos biológicos, para a confirmação ou revisão do plano de manejo. O nível de monitoramento deve ser compatível com a escala das operações

- A CENIBRA possui levantamentos florísticos e fitossociológicos dos fragmentos florestais ocorrentes em suas áreas. Os remanescentes de vegetação nativa encontram-se mapeados e estão sendo monitorados (projeto em parceria com a UFV- Universidade Federal de Viçosa). Existem propostas para manejo e recuperação das áreas, bem como para o estabelecimento de corredores para vida silvestre.
- Foram realizados estudos de avifauna, mastofauna, ictiofauna e herpetofauna em parceria com universidades e instituições de pesquisa. A partir desses estudos, a empresa identificou as espécies ameaçadas existentes em suas áreas e direcionou novos projetos para o monitoramento de fauna. Essas informações estão sendo divulgadas às partes interessadas internas e externas por meio do programa de educação ambiental e através dos meios de comunicação da empresa.
- A CENIBRA possui um Acordo de Cooperação Científica com uma Organização Não Governamental, CRAX, com o objetivo de reintroduzir aves silvestres ameaçadas em seu habitat. Existe uma lista das espécies ameaçadas que ocorrem ou podem ocorrer nas áreas da empresa.

3.5 As áreas de relevante interesse ecológico assim declaradas por legislação ou reconhecidas por seus excepcionais atributos naturais, sócio-culturais ou ambientais devem ser mantidas e protegidas

- Verificou-se o documento “Identificação de sítios com valor histórico, cultural, ecológico, religioso, arqueológico ou espeleológico” (agosto de 2004). O estudo fundamentou-se em consultas à literatura, opinião de especialistas, manifestações da sociedade e experiência e conhecimento do corpo técnico e operacional da empresa. Foram listados os principais sítios de relevante interesse, como: Sítio Paleontológico de Fonseca, município de Alvinópolis; Sítio das Borboletas, município de Catas Altas; Fazenda do Alfié, município de São Domingos da Prata; Lagoa Grande, município de Guanhães; Fazenda Cachoeira das Pombas, município de Guanhães; Cruzeiro da Lagoa Teobaldo e Sistema Lacustre do Médio Rio Doce. Foram definidas medidas de proteção e reabilitação para os locais identificados, que estavam em fase de implementação no momento da auditoria.
- Os elementos identificados na avaliação de impactos ambientais (atributos ambientais que requeiram proteção, áreas de maior fragilidade ou áreas críticas) estão sendo contemplados em mapas e existem orientações operacionais para sua proteção (verificado no Programa de Reforma de 2004, referência aos aspectos ambientais que devem ser considerados no planejamento e execução das operações). Os impactos ambientais mais significativos estão sendo monitorados.
- Verificou-se em documentos e no campo a realização do programa de restauração das áreas de preservação permanente e de áreas degradadas. Os resultados desse programa foram também divulgados no Balanço Social e Ambiental anual – 2003.

3.6 As atividades de caça e pesca devem ser controladas nas unidades de manejo florestal, de acordo com a legislação vigente

- Verificou-se a existência de convênio formalizado entre a Cenibra e a Polícia Militar de Minas Gerais para cooperação mútua no controle da caça e da pesca ilegal na unidade de manejo florestal. Durante a auditoria, membros da Polícia Militar foram entrevistados, confirmando a existência e o modo de operação do convênio.
- Os temas de proteção à fauna são tratados no programa de educação ambiental, conforme verificado na revisão de documentos e em depoimentos obtidos na consulta pública.
- Existe um sistema de vigilância estabelecido, com torres de observação, rádio para comunicação e monitores motorizados que circulam a área e registram as ocorrências.

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	28 of 33	

Princípio 4 - Respeito às águas, solo e ar

4.1 O manejo florestal deve basear-se em planejamento ambiental prévio à utilização da área

- Existe um EIA - “Estudo de impacto Ambiental do projeto Florestal”, atualizado em agosto/2002, elaborado por uma empresa de consultoria ambiental, com objetivo de atender aos requerimentos do licenciamento do empreendimento florestal da Cenibra. Este documento apresenta as informações sobre os recursos naturais manejados, conforme requerido pelos indicadores deste critério.
- A empresa desdobra os resultados deste estudo na forma de procedimentos operacionais. Um dos instrumentos de planejamento ambiental prévio é o PTEA – Planejamento técnico econômico ambiental, já citado anteriormente.

4.2 Devem ser adotadas práticas de conservação, monitoramento e manutenção dos recursos hídricos e edáficos.

- A Cenibra tem como uma das linhas de pesquisa a área de “Solos, Nutrição e Manejo”, que é responsável pelo desenvolvimento de técnicas de proteção e conservação dos solos. A Coordenação de Meio Ambiente é responsável pelo monitoramento ambiental, que inclui o monitoramento dos recursos hídricos.
- Existem informações sobre os tipos de solos existentes na região e dados resultantes do monitoramento da fertilidade do solo sob plantações florestais, que são utilizadas nas decisões de manejo (como preparo de solo, adubação, tipo de equipamento a ser utilizado, etc).
- Verificaram-se relatórios de monitoramento dos recursos hídricos, desenvolvido em parceria com a UNILESTE.
- Existem procedimentos implementados para proteção do solo e dos recursos hídricos. Entretanto, foi verificada em visitas de campo a presença de processos erosivos em algumas áreas íngremes (áreas de arraste com guincho e estradas na região de Guanhões). Foi levantada a SAC Menor 03.

4.3 O produtor florestal deve adotar uma política de uso racional de produtos químicos em geral.

- Conforme verificado em campo (nas operações de controle de formigas, aplicação de herbicida e no viveiro) e na revisão de documentos, existem procedimentos escritos e recomendações técnicas implementadas para armazenamento, manuseio, aplicação, transporte e descarte de produtos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos.
- Existem registros de aplicação de produtos químicos. A empresa apresentou uma relação dos produtos utilizados e seus princípios ativos. São utilizados produtos registrados e legalmente autorizados para uso em plantações florestais. Não são usados produtos proibidos ou banidos por acordos internacionais.
- Verificou-se nos documentos (procedimentos operacionais e registros de EPI) e em campo (observação das atividades e entrevistas com trabalhadores) que o pessoal que manuseia e/ou aplica produtos químicos recebe e utiliza os equipamentos de proteção adequados. Na amostragem realizada, foi registrada uma exceção no preparo do gel usado no plantio irrigado, onde o trabalhador não usava o equipamento recomendado pelo fabricante. Foi aberta a SAC Menor 04.
- Visitaram-se os locais de armazenamento de produtos químicos nas quatro regionais da empresa. Os locais apresentavam condições adequadas, conforme requerido pela legislação e normas internas da empresa.
- A empresa controla a destinação final das embalagens de produtos químicos utilizados em áreas próprias e em áreas de fomento. Evidências foram verificadas durante a auditoria.

4.4 O produtor deve adotar e implementar uma política para a redução ou o tratamento adequado de resíduos sólidos, líquidos e gasosos.

- Existe um sistema para gerenciamento dos resíduos, estabelecendo sua classificação, seu meio de transporte e sua destinação final.
- Verificou-se que as embalagens de agrotóxicos são armazenadas em depósito até sua devolução ao fabricante.

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	29 of 33	

- Existem procedimentos de emergência para derramamentos e acidentes com resíduos ou produtos tóxicos. Observou-se a presença de tanques de contenção nos locais de armazenamento de combustível.
- Existe um sistema de coleta dos efluentes líquidos do viveiro e é adotada a reutilização do efluente dos estaleiros para irrigação no plantio ou para abastecer tanques de água usados no combate a incêndio. Foram verificados os registros do monitoramento de água superficial no viveiro, realizado com o objetivo de detectar uma possível contaminação. É realizado também o monitoramento da água do lençol freático em dois pontos. Esse estudo é feito em parceria com a UNILESTE.
- Com relação à poluição do ar, a empresa apresentou um plano para medição de gases (outubro/novembro de 2004) e uma planilha de resultados de testes de aceleração livre. Os veículos não aprovados estão sendo encaminhados para manutenção.
- Na amostragem realizada, não foi observada a presença de disposição irregular de resíduos na unidade de manejo florestal.

Princípio 5 - Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal

5.1 O produtor florestal deve incentivar programas de interesse comunitário, a fim de melhorar as condições de vida da comunidade local.

- Foi realizada uma avaliação de impactos sociais das atividades da Cenibra, através da contratação de uma consultoria externa. O relatório analisado demonstrou que o estudo foi conduzido de forma independente, apresentando uma análise crítica e aprofundada sobre diversos aspectos sociais. Os principais impactos sociais foram listados. Grande parte destes impactos foi também citada e está de acordo com os depoimentos levantados no processo de consulta pública. Este estudo apontou recomendações visando minimizar os impactos negativos e potencializar aqueles positivos. Porém, até o momento da auditoria, a Cenibra não havia incorporado os resultados da avaliação de impactos sociais no seu Plano de Manejo e em suas atividades, sendo aberta a SAC Maior 05.
- Está em processo de aprovação um procedimento operacional onde estão incluídas ações em nível estratégico e operacional que contemplam aspectos sociais, inclusive no Planejamento Técnico Econômico Ambiental PTEA, que passará a se chamar PTEAS, incluindo a palavra Social.
- Conforme verificado em registros e por meio de depoimentos, os trabalhadores são contratados nas regiões de atuação da empresa.
- A empresa também prioriza os fornecedores locais. Foram verificados dados de compras realizadas no comércio local e de recolhimento de impostos aos municípios onde a empresa tem atuação. A empresa mantém uma estatística de gastos realizados nas compras de materiais e compra de serviços.
- A Cenibra, com apoio do Instituto Cenibra, vem realizando diversos projetos sociais, entre eles: apoio em campanhas de saúde e atendimento médico à comunidades próximas aos projetos florestais; apoio em campanhas Ação e Cidadania; instalação de salinhas de informática; projeto de odontologia social; Mutirão da Educação (distribuição de material escolar); apoio à associações de apicultores que instalam seus apiários nas áreas de manejo florestal da Cenibra; Programa de educação ambiental junto à comunidades do seu entorno; Programa Qualidade de Vida - Vivendo Melhor; Parcerias agrícolas: apoio à agricultores familiares que fazem plantios de culturas anuais nas áreas da Cenibra. Adicionalmente, existem programas destinados aos funcionários para concessão de bolsas de estudo.

5.2 A organização deve implantar programas de divulgação e de comunicação com as partes interessadas.

- O organograma da empresa apresenta coordenações específicas voltadas para atuação social: “Coordenação de relações institucionais e com a comunidade” e Coordenação de Comunicação Social.
- Verificaram-se os instrumentos de comunicação utilizados pela a empresa, como jornais e informativos internos e externos, folders, cartilhas, website e publicação do Balanço Social e Ambiental anual. Além desses, existem outros veículos para divulgação de informações e comunicação, como os projetos de educação ambiental, o “Cenibra Móvel”, o programa “Vizinho Legal” e o projeto UNIECO - Unidade Integração Empresa Comunidade.
- Um dos compromissos declarados pela empresa em sua Política do Sistema Integrado de Gestão é “manter o diálogo permanente com clientes, fornecedores, empregados, comunidades e demais partes interessadas”. Existem alguns canais de diálogos formalizados, como, por exemplo, um número de

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal		Issue n°:	0	Pág. n°:	30 of 33

telefone com discagem gratuita, para comunicação sobre incêndios e no *website* institucional www.cenibra.com.br há um link “Fale Conosco”. A empresa estabeleceu um fluxo de comunicação com as partes interessadas, com registro formal dentro do sistema da qualidade. O sistema contempla o registro da comunicação, o retorno ao reclamante, a análise crítica e a implementação de ações corretivas, se pertinentes.

- Entrevistas com trabalhadores de terceiros e com partes interessadas locais evidenciaram algumas deficiências na divulgação do processo de certificação florestal, como a falta de informação sobre as atividades da empresa (área, uso de agrotóxicos, legalidade, destinação de resíduos); verificou-se que a linguagem e conteúdo do resumo público do Plano de Manejo não são acessíveis ao público leigo. Foi aberta a SAC Menor 06.

6.2 Não Conformidades e Solicitações de Ações Corretivas

SAC Maior 01: Os padrões requerem registros que comprovem o atendimento à legislação aplicável às atividades de manejo florestal. Não foram apresentados registros que evidenciem o atendimento à Portaria IEF número 54, de 14/04/2004.

Detalhes do encerramento: em novembro de 2004 a Cenibra apresentou um plano de ação para encerramento da SAC, envolvendo: a elaboração de um projeto piloto apresentando os critérios de alocação de Topos de Morro; Reunião com Supervisores Regionais do Instituto Estadual de Florestas – IEF; elaboração de Plano Plurianual (8 anos) para adequação das áreas conforme projeto de colheita; e Criação de Rotina Operacional para formalização de Autorização Especial de Permanência em APP. Em visita realizada em março de 2005, a equipe auditora verificou a implementação das ações propostas. Foi elaborado um projeto piloto para licenciamento em topo de morro para o Projeto Achado/Sovenó e protocolado junto ao IEF em 18/02/2005 (processo nº 0420400074, Núcleo de Timóteo). A documentação encaminhada ao IEF contém todos os documentos requeridos pela Portaria 54, de 14 de abril de 2004.

Adicionalmente, a Cenibra demonstrou que está sendo pró-ativa na busca de soluções para a questão, participando de discussões nas esferas estadual e federal envolvendo a legislação referente a áreas de preservação permanente com Ocupação Antrópica consolidada. A SAC Maior foi encerrada e aberta a SAC Menor 08 para acompanhamento das ações previstas a partir da resposta do IEF.

SAC Menor 02: Os padrões requerem que as legislações trabalhista, previdenciária, fiscal e tributária devem ser cumpridas, para todos os trabalhadores florestais; devem haver medidas para garantir a conformidade dos prestadores de serviço aos requerimentos legais. Foram verificadas algumas situações em que o prestador de serviços não está cumprindo integralmente as NRs (alojamento da região de Belo Oriente), pagamento por produção (região de Guanhães) e ausência de local para refeições no campo suficiente para o número de trabalhadores.

Prazo para encerramento: A Cenibra apresentou o plano de ação em novembro de 2004. A equipe auditora irá verificar o encerramento da SAC na primeira visita de acompanhamento após a certificação.

SAC Menor 03: Devem ser adotadas técnicas que visem a conservação do solo, e a malha viária e aceiros são mantidos em condições que não favoreçam a erosão. Foram verificadas em visitas de campo a presença de processos erosivos em áreas declivosas (áreas de arraste com guincho e estradas, regional de Guanhães).

Prazo para encerramento: a Cenibra apresentou o plano de ação em novembro de 2004; a equipe auditora irá verificar o encerramento da SAC na primeira visita de acompanhamento após a certificação.

OS nº:				Tipo da Visita		Visita nº:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue nº:	0	Pág. nº:	31 of 33	

SAC Menor 04: Os trabalhadores devem utilizar EPIs apropriados para manuseio e aplicação de produtos químicos. Verificou-se em campo (Regional Nova Era, empresa DJ) manuseio para preparação do gel (plantio) sem o uso do EPI indicado pelo fabricante.

Prazo para encerramento: a Cenibra apresentou o plano de ação em novembro de 2004; a equipe auditora irá verificar o encerramento da SAC na primeira visita de acompanhamento após a certificação.

SAC Maior 05: O produtor deve incentivar programas de interesse comunitário e melhorar as condições de vida da comunidade local; devem ser utilizados parâmetros sócio-econômicos da região para a realização do manejo florestal. Não há um plano definido, com metodologia, recursos e cronograma para incorporação dos dados/resultados do levantamento de impactos sociais, em desdobramento que atendam às demandas locais.

Detalhes do encerramento: Em novembro de 2004, foi apresentado o plano de Ação detalhado para atuar sobre os impactos sociais. Na visita realizada em março de 2005, verificou-se a implementação de ações previstas no plano, conforme descritas a seguir: elaboração da “Política do Sistema Integrado de Gestão”, incorporando aspectos sociais, aprovada pela Diretoria em fevereiro de 2005; reestruturação da Superintendência Florestal, definindo atribuições sociais aos coordenadores regionais; contratação de quatro assistentes sociais para atuar junto às comunidades do entorno da empresa; contratação de um profissional da área de comunicação e relações públicas; continuidade dos programas e das ações proposta no plano de ação, como a formação de um comitê envolvendo as áreas de Comunicação, Qualidade, Recursos Humanos, Processo Industrial, Ambiental-Florestal e Instituto Cenibra; revisão do procedimento para PTEAS incluindo a avaliação de aspectos sociais no planejamento das atividades florestais.

A SAC foi encerrada e aberta a SAC Menor 07 para acompanhar as ações previstas para 2005.

SAC Menor 06: Os padrões requerem instrumentos para divulgação clara e objetiva das atividades e formas de atuação do empreendimento florestal. Entrevistas com trabalhadores de terceiros e com partes interessadas locais evidenciaram algumas deficiências na divulgação do processo de certificação florestal, falta de informação sobre as atividades da empresa (área, uso de agrotóxicos, legalidade, resíduos); a linguagem e conteúdo do resumo público do Plano de Manejo não são acessíveis ao público leigo.

Prazo para encerramento: a Cenibra apresentou o plano de ação em novembro de 2004; a equipe auditora irá verificar o encerramento da SAC na primeira visita de acompanhamento após a certificação.

6.3 Observações gerais e Oportunidades de Melhoria

- A empresa deve manter atualizada uma relação de disputas (disputas envolvendo terras) e os devidos encaminhamentos a serem apresentados a cada visita de acompanhamento.
- A empresa deve incluir na lista de verificação de trabalhadores de terceiros aqueles itens de controle que forem significativos para o trabalho feminino.
- A empresa deve buscar alternativas para garantir a qualidade da alimentação dos trabalhadores de terceiros.
- Os levantamentos de fauna e flora realizados devem ser também analisados com o foco na identificação de indicadores para monitoramento ambiental, a partir dos quais a empresa possa evidenciar evolução no desempenho ambiental do seu manejo florestal.
- A lista de partes interessadas deve ser periodicamente atualizada.
- Desenvolvimento de indicadores de responsabilidade social para permitir a avaliação periódica do desempenho dos projetos implementados pela Cenibra.

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	32 of 33	

- Expandir o atual procedimento para avaliação de aspectos e impactos ambientais do SGA para inclusão de “aspectos e impactos sociais” ao se avaliar uma atividade ou procedimento do manejo florestal.

7. CONCLUSÃO

Em 03 de março de 2005, não existindo nenhuma SAC MAIOR pendente, a equipe auditora recomendou a certificação do manejo florestal da Cenibra, abrangendo suas unidades de manejo florestal nas regiões de Nova Era, Ipaba, Belo Oriente e Guanhães, Minas Gerais.

As SACs MENORES abertas não pré-condicionam a certificação, entretanto a Cenibra deverá tomar as ações acordadas dentro do prazo estabelecido. Essas ações serão verificadas pela equipe da SGS na primeira visita de acompanhamento, a ser realizada até 12 meses após a emissão do certificado.

OS n°:				Tipo da Visita		Visita n°:	
	Documento:	F0116 – Resumo público da avaliação do manejo florestal	Issue n°:	0	Pág. n°:	33 of 33	